

Boletim Informativo

Associação Portuguesa de Bancos

2020 | Anual



Índice

Nota Introdutória	4
Sumário Executivo	5
I. Enquadramento Macroeconómico	7
II. Análise das Instituições Financeiras Associadas	10
III. Recursos Humanos	12
III.1. Evolução	12
III.2. Atividade de formação	15
IV. Indicadores de Cobertura Bancária	17
IV.1. Rede de balcões em Portugal	17
IV.2. Sucursais e escritórios de representação no exterior	23
IV.3. ATMs e <i>homebanking</i>	23
IV.4. POS	25
V. Análise de <i>performance</i>	26
V.1. Análise de balanço	26
V.2. Análise da demonstração de resultados.....	37
V.3. Análise fiscal e parafiscal	43
VI. Análise de solvabilidade	47
VII. Indicadores de Produtividade	49
VIII. Análise da Atividade Internacional	52

Nota Introdutória

O Boletim Informativo Anual é uma publicação da Associação Portuguesa de Bancos (APB) que analisa, em termos agregados, a atividade bancária desenvolvida pelas instituições financeiras suas associadas (IFs)¹. A 31 de dezembro de 2020, a APB representava 24 Associados, dos quais faziam parte 30 instituições financeiras, representando 95,6% do valor total do ativo bancário consolidado português.

A análise efetuada no Boletim Informativo Anual abrange a atividade desenvolvida em Portugal e no estrangeiro (através de escritórios de representação e sucursais) pelas instituições financeiras (bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo) que integram o conjunto de Associados da APB e tem por base um agregado de informação, de carácter financeiro e não financeiro, obtido pelo somatório simples das demonstrações financeiras individuais e de outros indicadores de cada uma das instituições. Em relação à atividade internacional e solvabilidade, a análise efetuada tem por base dados consolidados.

Adicionalmente, as análises efetuadas centram-se na atividade bancária de 2020, numa base comparativa com o triénio anterior. Em conjunto com a presente publicação é disponibilizada, em formato excel, a informação agregada, de carácter financeiro e não financeiro, das instituições financeiras que integram o conjunto de Associados da APB.

O Boletim Informativo Anual referente a 2020 baseia-se na informação apresentada por 19 Associados (25 instituições financeiras). Sempre que a análise apresentada se baseie num número de Associados diferente da amostra, essa situação é devidamente indicada.

¹ Ao longo do Boletim Informativo a referência a Instituições Financeiras diz respeito aos Bancos associados da APB.

Sumário Executivo

O ano de 2020 foi fortemente afetado pela pandemia de COVID-19, que se começou a fazer sentir durante o mês de março, com consequências graves ao nível de saúde pública e da atividade económica. Contudo, a implementação célere e coordenada, à escala mundial, de medidas de política monetária, fiscal e regulatória foi crucial no apoio à economia e na mitigação dos impactos sem precedentes deste choque pandémico sobre os agentes económicos. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, verificou-se uma contração da economia mundial de 3,4% em 2020, o que corresponde à maior recessão desde a Segunda Guerra Mundial.

No entanto, o impacto económico da pandemia fez-se sentir de forma diferenciada, quer em termos de setores de atividade, quer entre países. Das maiores economias, apenas a China registou uma expansão, de 2,3% (que compara com 6,0% em 2019), enquanto os EUA, Japão, Área do Euro, Reino Unido, Índia e Brasil registaram quedas do PIB de 3,6%, 4,6%, 6,4%, 9,7%, 7,3% e 4,1%, respetivamente.

Após uma correção significativa no início do ano, os mercados acionistas valorizaram-se significativamente no resto do ano, beneficiando das medidas de apoio adotadas pelas autoridades e que conduziram a expectativas de recuperação económica mais favoráveis do que inicialmente previsto. A recuperação dos índices acionistas foi particularmente forte nos EUA. Por sua vez, as *yields* de dívida pública registaram reduções moderadas e, no mercado interbancário, as taxas Euribor registaram novos mínimos.

Em Portugal, as diversas medidas de contenção à propagação do COVID-19 obrigaram ao encerramento temporário de várias atividades económicas e colocaram restrições à livre circulação de pessoas ao longo do ano, originando uma diminuição do PIB de 8,4% (crescimento de 2,7% em 2019). A queda do PIB não foi homogénea ao longo do ano, tendo sido particularmente significativa no segundo trimestre, com o PIB a cair 17,9%, em termos homólogos. Na segunda metade do ano registou-se uma recuperação, com o PIB a diminuir, em termos homólogos, 6,3% e 6,8% no terceiro e quarto trimestre, respetivamente. A diminuição do PIB resultou do contributo negativo de todas as componentes, destacando-se a diminuição sem precedentes das exportações de turismo (-55,3%). Apesar desta contração profunda da atividade, o impacto na taxa de desemprego foi muito limitado (subida anual de 0,4 p.p. para 7%) beneficiando das medidas de apoio ao emprego implementadas pelo Governo, entre as quais se destaca o regime de *layoff* simplificado.

O sector bancário enfrentou o choque originado pela pandemia de COVID-19 muito mais bem preparado e resiliente do que na crise financeira global que ocorreu há 12 anos, em especial ao nível da liquidez e solvabilidade, e teve um papel fundamental no apoio às necessidades de financiamento e de liquidez da economia, através da concessão de novos créditos e de um volume muito significativo de moratórias. Contudo, a rentabilidade do sector acabou por ser fortemente penalizada refletindo fundamentalmente a necessidade de reforço de provisionamento face às consequências económicas associadas a esta crise pandémica.

As medidas tomadas para fazer face à crise decorrente da pandemia de COVID-19 conduziram a um aumento expressivo do ativo agregado das instituições financeiras que, em 31 de dezembro de 2020, totalizou cerca de 355 mil milhões de euros (+7,4% face ao ano anterior). Os empréstimos a

clientes (valores brutos) registaram uma subida de 3,5% face a 2019 devido, sobretudo, às medidas de apoio à economia adotadas em resposta à crise pandémica, nomeadamente os empréstimos com garantia pública e os regimes de moratória. Apesar deste contexto extremamente desafiante, as instituições financeiras continuaram a apresentar progressos na redução do *stock* de NPL, tendo o rácio de NPL diminuído para 5,5%.

Na evolução do passivo, importa destacar o aumento de 5,8% dos depósitos de clientes face a 2019, fruto do reforço dos níveis de poupança em resultado da redução do consumo, associada às restrições impostas pela pandemia, e da elevada incerteza quanto à duração da crise e aos seus impactos. Em 2020, os depósitos a clientes representaram 70% na estrutura do financiamento das instituições financeiras.

A rentabilidade agregada das instituições financeiras sofreu, em 2020, uma diminuição expressiva fortemente penalizada pelo contexto associado à pandemia de COVID-19 e inverteu a trajetória de recuperação que vinha a registar desde 2017. A deterioração da rentabilidade refletiu não só uma descida do produto bancário, mas, sobretudo, uma subida muito significativa do fluxo de imparidades de crédito. Em 2020, as instituições financeiras registaram um prejuízo de 508 milhões de euros, que compara com um resultado líquido positivo de 954 milhões de euros, em 2019.

Em termos de solvabilidade, o rácio CET1 agregado situou-se em 15,2%, e o rácio de solvabilidade total em 17,9%, ambos estáveis face ao ano anterior.

I. Enquadramento Macroeconómico

Em 2020, a evolução da atividade económica ficou fortemente marcada pelas consequências da pandemia COVID-19. As medidas de contenção implementadas pelas autoridades monetárias, orçamentais e de supervisão, revelaram-se cruciais na limitação dos efeitos desta crise, mas implicaram fortes restrições à mobilidade, tendo-se verificado uma redução do PIB mundial de 3,4%, o que representa a maior recessão desde a Segunda Guerra Mundial. Das maiores economias, apenas a China registou uma expansão, de 2,3% (6,0% em 2019), enquanto os EUA, Japão, Área do Euro, Reino Unido, Índia e Brasil viram o PIB diminuir 3,6%, 4,6%, 6,4%, 9,7%, 7,3% e 4,1%, respetivamente.

Os bancos centrais adotaram ou reforçaram medidas de política monetária expansionista com vista a estabilizar os mercados financeiros e a salvaguardar condições favoráveis de oferta de crédito. A Reserva Federal dos EUA reduziu a *federal funds rate* em 150 pb durante o mês de março, fixando-a no intervalo 0%-0,25%; usou *forward guidance* de forma a influenciar as expectativas do mercado, garantido que as taxas de juro não subiriam até que se atingisse uma situação de pleno emprego e a inflação excedesse moderadamente os 2% durante algum tempo, e implementou programas de compra de ativos e de apoio direto à economia, tais como: empréstimos diretos a empresas financeiras e não financeiras, bancos, Estados e governos locais, realização de acordos cambiais recíprocos, entre outros. O Banco Central Europeu manteve as taxas de juro de referência inalteradas, aumentou o programa de compra líquida de ativos (*Asset Purchase Programme – APP*) e criou o programa de compra de ativos devido à emergência pandémica (PEPP) com uma dotação de 1,85 biliões de euros, com o objetivo de assegurar liquidez, reduzir os custos e aumentar a concessão de crédito na Área do Euro.

Na política de supervisão, tanto o Banco Central Europeu como o Banco de Portugal adotaram medidas de flexibilização, para permitir que as instituições de crédito sujeitas à sua supervisão pudessem operar, de forma temporária, com um nível inferior ao da recomendação de fundos próprios (*Pillar 2 Guidance*) e ao da reserva combinada de fundos próprios e com níveis de liquidez inferiores ao requisito de cobertura de liquidez. A Reserva Federal dos EUA flexibilizou também, temporariamente, o *Supplementary Leverage Ratio* (Capital Tier 1 / Exposição total alavancada), permitindo que as U.S. Treasuries e os depósitos da Reserva Federal não fossem incluídos no cálculo do denominador deste indicador.

O ano de 2020 foi de grande oscilação nos mercados financeiros, com fortes perdas ocorridas após o primeiro impacto da pandemia, seguidas de recuperações, com alguns índices a encerrar o ano com valorizações em termos homólogos. Os índices S&P 500 e o Nikkei 225 subiram 16,3% e 16,0%, respetivamente, enquanto o FTSE 100 e STOXX Europe 600 fecharam o ano a cair 14,3% e 4,0%, respetivamente. No mercado cambial, o Euro depreciou 2,0% face ao Dólar americano e 4,2% face à Libra esterlina, mas apreciou 2,6% face ao yen. Por sua vez, as *yields* a 10 anos registaram uma tendência descendente, tendo o *US Treasury* descido 100 p.b. para 0,92%, e registado um mínimo de 0,50% em março; o *Bund* alemão caiu 39 p.b. para -0,58%, com um mínimo de -0,85% em março; e os *Gilts* britânicos encerraram o ano em 0,20%, o que representa uma descida de 63 p.b., registando um mínimo de 0,08% em agosto. Quanto aos preços, a inflação mundial abrandou ligeiramente, fixando-se em 1,9%. Em relação ao preço do petróleo, o barril do *Brent* fechou o ano a subir, para um valor em torno de \$51, e o barril de *WTI* desceu para \$48/barril. Contudo, o *Brent* chegou a atingir valores

inferiores a \$20/barril, em abril, e o *WTI* registou valores negativos durante o mês de março, devido, essencialmente, à redução do consumo e à inexistência de capacidade de armazenamento.

Nas finanças públicas, a forte recessão e as diversas medidas de apoio à economia levaram a um aumento sem precedentes da dívida pública e à forte deterioração dos saldos orçamentais em todo o mundo. Nos EUA, Área do Euro, Japão e Reino Unido, o saldo orçamental baixou para -14,9%, -7,2%, -12,6% e -12,3% do PIB, respetivamente, e a dívida pública subiu para 129,2%, 97,2%, 266,2% e 104,5% do PIB, respetivamente.

Os governos implementaram políticas extremamente expansionistas no que diz respeito a medidas de apoio à economia, como a concessão de moratórias para contratos de crédito a famílias e empresas, linhas de crédito com garantia pública, apoios a fundo perdido e medidas de apoio ao emprego. De acordo com dados do *Risk Dashboard* da EBA, os empréstimos em moratória na Europa atingiram o seu montante mais alto em junho de 2020 - 810,8 mil milhões de euros -, dos quais 38,7% de crédito concedido a particulares e 59,9% a sociedades não financeiras. Por sua vez, as linhas de crédito com garantia pública atingiram o seu montante mais elevado em dezembro de 2020, fixando-se em 343,2 mil milhões de euros.

Economia Portuguesa

Após sete anos de crescimento, a economia portuguesa sofreu uma contração de 8,4% (crescimento de 2,7% em 2019), superior à da Área do Euro (-6,4%), provocada fundamentalmente pelas diversas medidas de contenção à propagação do COVID-19, que obrigaram ao encerramento temporário de várias atividades económicas e colocaram restrições à livre circulação de pessoas ao longo deste período, originando uma diminuição do PIB sem precedentes.

Em resultado da evolução do contexto pandémico, a queda do PIB não ocorreu de forma homogénea. No primeiro trimestre, o PIB registou uma redução de 2,6% em termos homólogos, mas foi no segundo trimestre que o impacto da pandemia mais se fez sentir, com o PIB a cair 17,9%. Na segunda metade do ano registou-se uma recuperação, com o PIB a diminuir 6,3% e 6,8% no terceiro e quarto trimestre, respetivamente.

A diminuição do PIB resultou do contributo negativo tanto da procura interna (-5,5 p.p.), devido, sobretudo, à contração do consumo privado (-7,1%), como da procura externa líquida (-2,9 p.p.), que foi mais negativa do que em 2019, em virtude da forte redução das exportações de bens e de serviços (-18,6%), com destaque particular para a diminuição sem precedente das exportações de viagens e turismo (-55,3%), que explicam mais de metade da contração da economia.

As medidas de apoio à economia, incluindo medidas orçamentais, empréstimos abrangidos por moratórias e novos empréstimos concedidos com garantia pública, revelaram-se cruciais para limitar os efeitos do choque pandémico. No que respeita aos empréstimos abrangidos por moratórias concedidas pelo sector bancário sem qualquer apoio público, de acordo com o Banco de Portugal, o montante mais elevado foi atingido em setembro de 2020 e fixou-se em 48,1 mil milhões de euros, dos quais 43,8% concedido a particulares e 52,5% a sociedades não financeiras, valor muito superior ao conjunto de todas as medidas orçamentais. No final do ano, 16,2% do montante de empréstimos a particulares e 33,6% do valor de empréstimos a sociedades não financeiras estavam em moratória. Por sua vez, os novos empréstimos concedidos com garantia pública atingiram o seu montante mais elevado em dezembro de 2020, fixando-se em 7,5 mil milhões de euros.

As medidas orçamentais de apoio² implementadas por Portugal atingiram 11,2% do PIB, tendo sido um valor inferior à maior parte dos países da Área do Euro, nomeadamente, Países Baixos (14,4%), Suécia (16,4%), Espanha (18,6%), França (25,9%), Alemanha (38,9%), Itália (42,7%), entre outros. Já no que respeita aos empréstimos abrangidos por moratórias, com base em dados relativos a dezembro de 2020 do Risk Dashboard da EBA e incluindo moratórias expiradas, Portugal foi o segundo país da União Europeia que mais concedeu este tipo de apoio em percentagem do PIB (23,4%), superado apenas pelo Chipre (42,8% do PIB) e seguido de Grécia (16,6%), Espanha (16,5%), França (11,2%) e Itália (10,5%).

A taxa de desemprego inverteu a tendência de descida, mas subiu apenas 0,4 p.p., para 7,0%, em resultado das medidas tomadas com vista à preservação do emprego, entre as quais se destaca o *layoff* simplificado, que abrangeu cerca de 25% dos empregados por conta de outrem. Apesar do impacto reduzido na taxa de desemprego, a taxa de subutilização do trabalho³ aumentou 1,3 p.p. para 14,3% e o número de horas efetivamente trabalhadas diminuiu significativamente (9,8%).

A inflação foi praticamente nula tendo apenas os bens alimentares registado um aumento significativo, compensado pela redução dos preços da energia.

O país voltou a registar uma necessidade líquida de financiamento, de 0,1% do PIB, devido, essencialmente, à redução da Poupança Bruta. Contudo, a capacidade de financiamento dos particulares aumentou para 6,3% do PIB e a sua taxa de poupança subiu para 12,8% do rendimento disponível (mais 4,6 p.p. do que em 2019), o que corresponde a um máximo desde 2002. Nas finanças públicas, o saldo orçamental voltou a terreno negativo, fixando-se em -5,8% do PIB, em resultado da forte recessão e das medidas de apoio à economia. O rácio de dívida pública também voltou a uma trajetória ascendente, fixando-se em 135,2% do PIB. Os *ratings* da República Portuguesa mantiveram-se estáveis, tendo a *yield* das Obrigações do Tesouro a 10 anos, no mercado secundário, diminuído 39 p.b., para 0,06% no final do ano, registando um mínimo de -0,05% durante o mês de dezembro.

O PSI-20 não recuperou totalmente das perdas ocorridas no primeiro impacto da pandemia e fechou o ano com uma variação de -6,1% em termos homólogos, após ter tido uma redução de 31,0% até março de 2020.

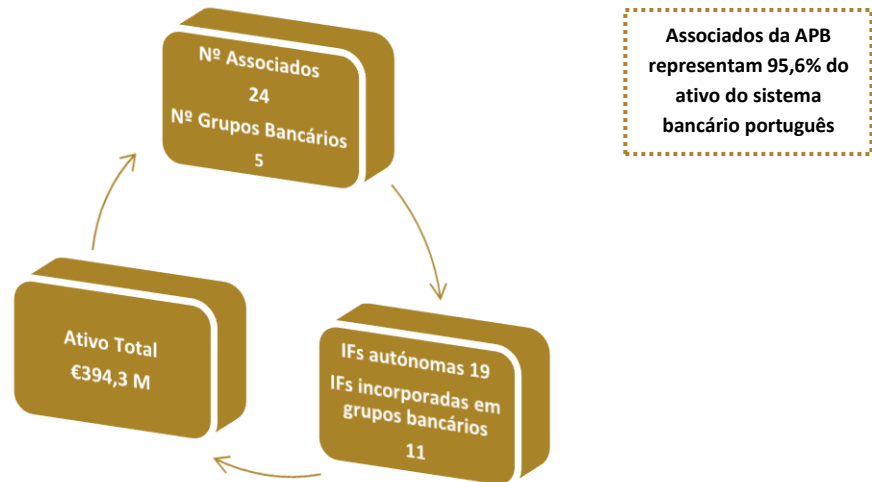
² Com base no Fiscal Monitor do FMI: Database of Country Fiscal Measures in Response to the COVID-19 Pandemic. Inclui medidas *above the line* (additional spending or foregone measures e accelerated spending / deferred revenue) e liquidity support (below the line measures e contingent liabilities).

³ Indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego, mas não disponíveis e os inativos disponíveis, mas que não procuram emprego.

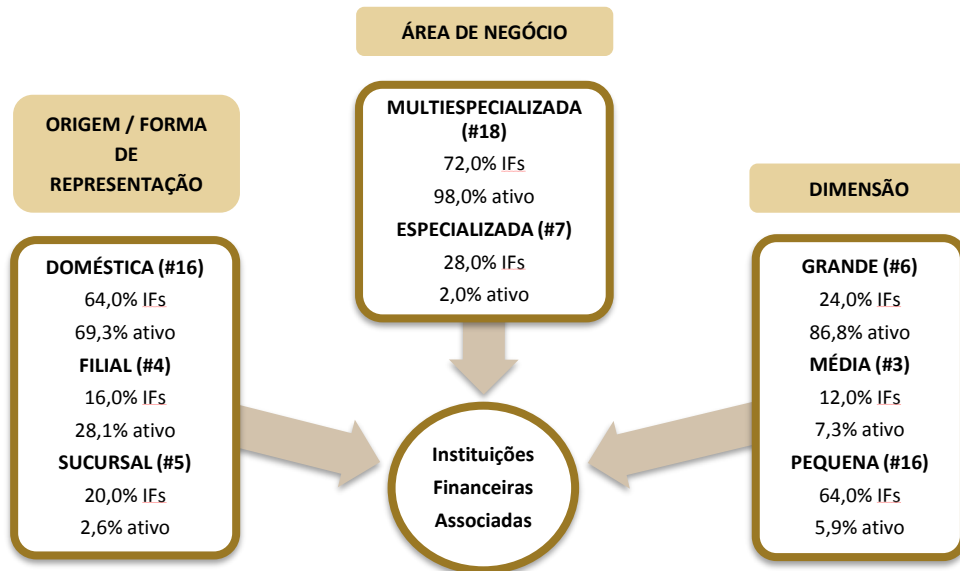
II. Análise das Instituições Financeiras Associadas

A 31 de dezembro de 2020, a APB tinha 24 Associados, dos quais faziam parte 30 instituições financeiras, que representavam 95,6% do ativo consolidado do sistema bancário português.

Figura 1: Caracterização dos Associados da APB⁴



Fonte: APB, Banco de Portugal. Dados referem-se a 31 de dezembro de 2020 e baseiam-se na informação relativa à totalidade dos Associados da APB. Dados consolidados.

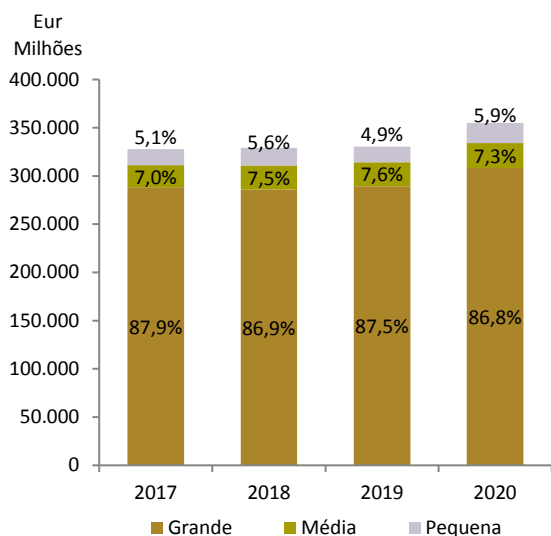


Fonte: IFs, APB. Dados referem-se a 31 de dezembro de 2020 e baseiam-se na informação apresentada por 19 Associados (25 instituições financeiras).

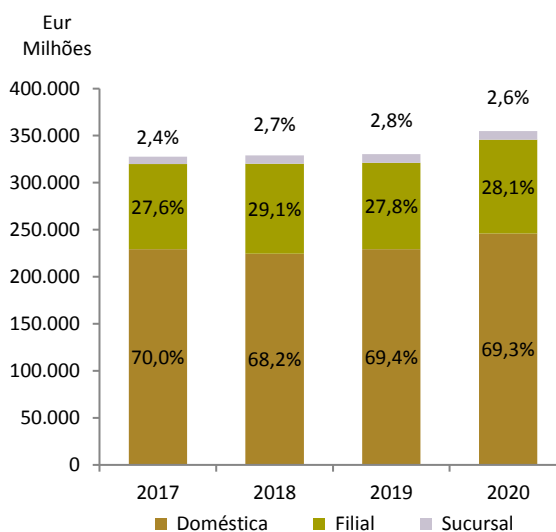
⁴ Instituições financeiras de grande dimensão representam 5% inclusive ou mais do ativo agregado; de média dimensão, representam entre 1% e 5%, e de pequena representam 1% inclusive ou menos do ativo agregado. A área de negócio das instituições financeiras é classificada como “Especializada” quando estas últimas se dedicam, numa base exclusiva ou maioritariamente, a uma das seguintes atividades: crédito ao consumo, crédito imobiliário, crédito automóvel, ou banca de investimento. Nos restantes casos, a área de negócio é classificada como “Multiespecializada”.

Gráfico 1: Evolução do ativo agregado

a) Por dimensão



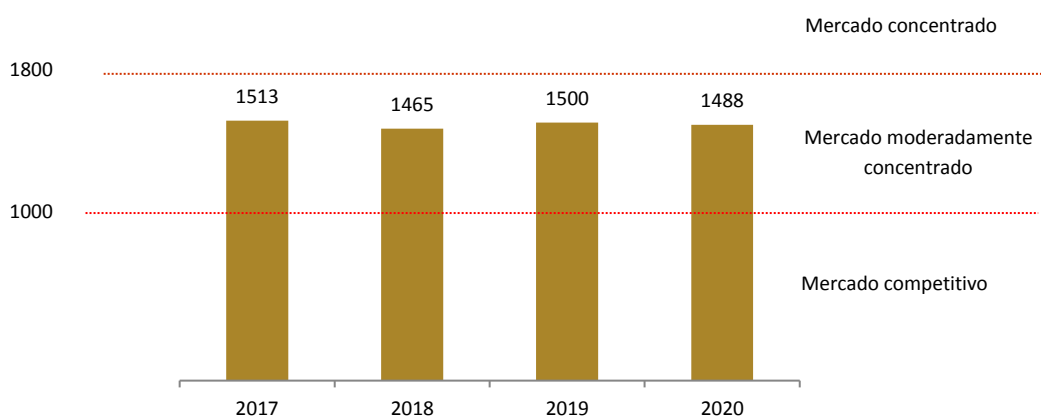
b) Por origem/forma de representação legal



Fonte: IFs, APB.

As cinco maiores instituições financeiras detinham uma quota de mercado, em termos de ativo agregado total, de 81,3%. De acordo com o índice de *Herfindahl-Hirschman*⁵, o mercado é moderadamente concentrado (1.488), tendo diminuído 12 pontos face ao ano anterior.

Gráfico 2: Índice de Herfindahl



Fonte: IFs, APB.

⁵ Este índice foi obtido por via do somatório do quadrado das quotas de mercado, medidas em termos de ativo, das 25 instituições financeiras da amostra. Regra geral, um valor para o índice abaixo de 1000 indica pouca concentração, entre 1000 e 1800 concentração moderada, e acima de 1800 concentração elevada.

III. Recursos Humanos

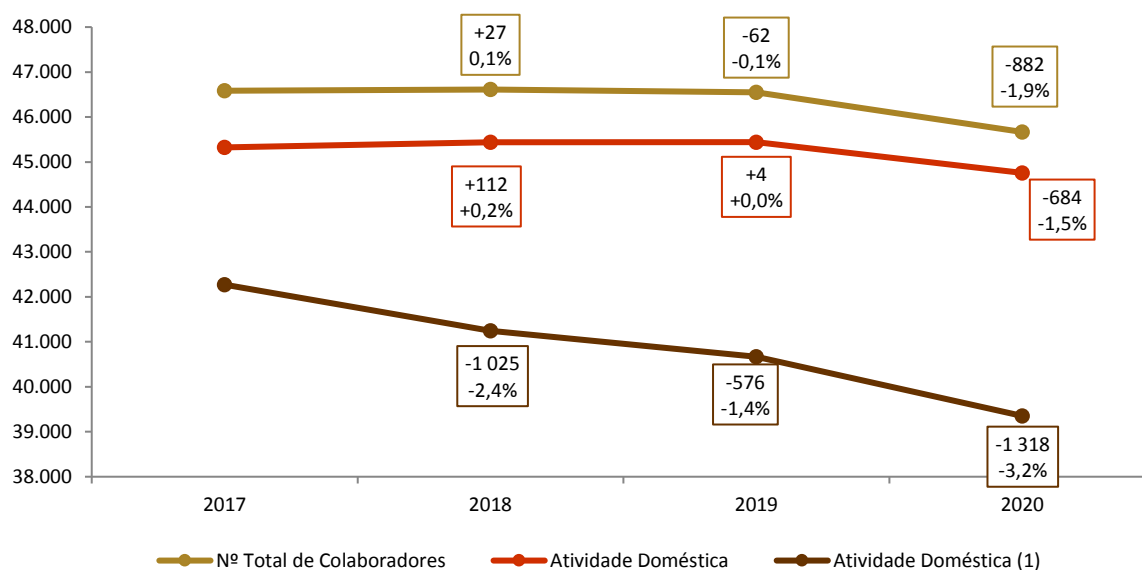
III.1. Evolução

Em 2020, os Associados da APB empregavam 45.667 colaboradores, o que representa uma redução de 882 empregados face a dezembro de 2019. Do total de colaboradores, 44.757 desempenhavam funções afetas à atividade doméstica e 910 à atividade internacional⁶.

A evolução dos recursos humanos tem refletido a prossecução de programas de reestruturação que visam tornar as estruturas organizativas competitivas e eficientes, num contexto de profundas mudanças decorrentes de um novo paradigma de modelo de negócio do sector. Desta forma, esta evolução tem refletido a necessidade de resposta aos desafios colocados pela digitalização, inovação tecnológica e maior nível de concorrência, num contexto em que é simultaneamente necessário fazer face a riscos acrescidos do ponto de vista operacional, como o cibercrime e o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

De notar que os dados relativos aos recursos humanos se encontram influenciados pela realidade distinta de um Associado, com uma natureza de negócio muito específica, que tem continuado a proceder à contratação de pessoal.

Gráfico 3: Evolução do número total de colaboradores e variação percentual anual



(1) Excluído um Associado cuja natureza da atividade é muito específica.
Fonte: IFs, APB.

No que respeita ao perfil dos recursos humanos afetos ao sector, mantiveram-se as tendências dos anos anteriores, nomeadamente i) aumento da representatividade dos escalões de idade mais elevada (com idade igual ou superior a 45 anos) e dos escalões mais jovens (com idade igual ou inferior a 29 anos); ii) aumento do peso dos colaboradores que desempenham funções específicas; iii) aumento

⁶ Inclui sucursais no exterior e escritórios de representação.

do peso dos colaboradores com formação académica superior; iv) aumento da representatividade do género feminino, que já representa mais de 50% do total de colaboradores e; v) ligeiro aumento da idade média dos colaboradores, que passou de 48,9 anos para 49,2.

Especificamente, no final de 2020, do total de colaboradores afetos à atividade doméstica das instituições financeiras associadas:








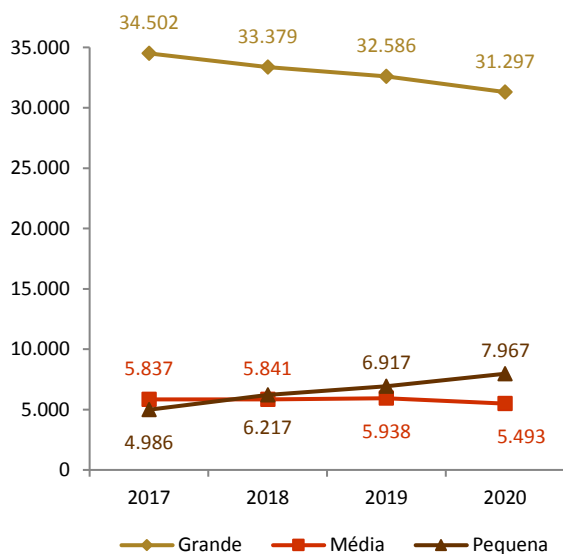
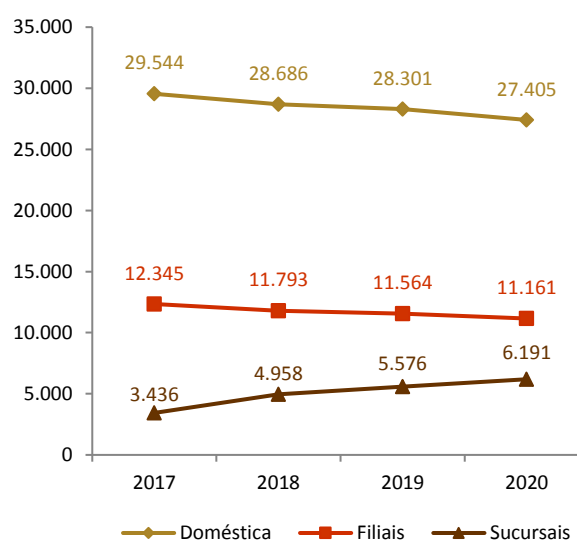
-  50,3% eram colaboradores do género feminino
-  52,8% pertenciam ao escalão etário com idade igual ou superior a 45 anos
Idade média dos colaboradores: 49,2 anos
Antiguidade média dos colaboradores: 21,1 anos
-  57,4% trabalhavam no sector há mais de 15 anos
-  65,8% tinham habilitações literárias de nível superior
-  53,8% exerciam funções específicas
-  54,2% desempenhavam funções na área comercial
-  97,8% possuíam vínculo contratual efetivo

Gráfico 4: Evolução do número de colaboradores afetos à atividade doméstica

a) Por dimensão

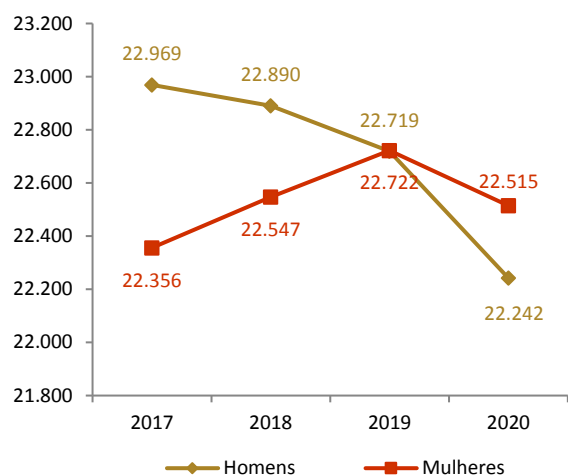


b) Por origem/forma de representação legal

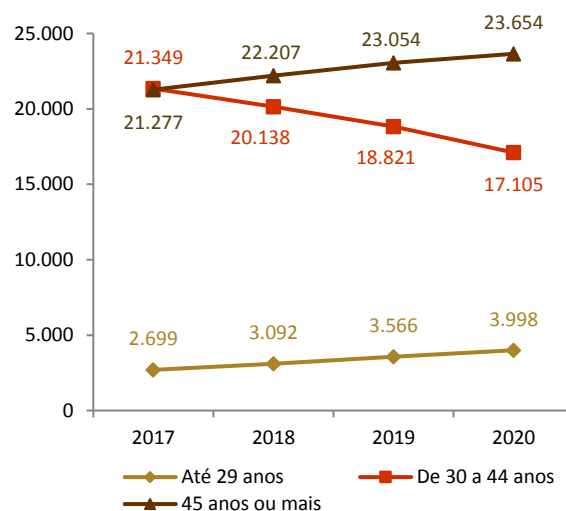


Fonte: IFs, APB.

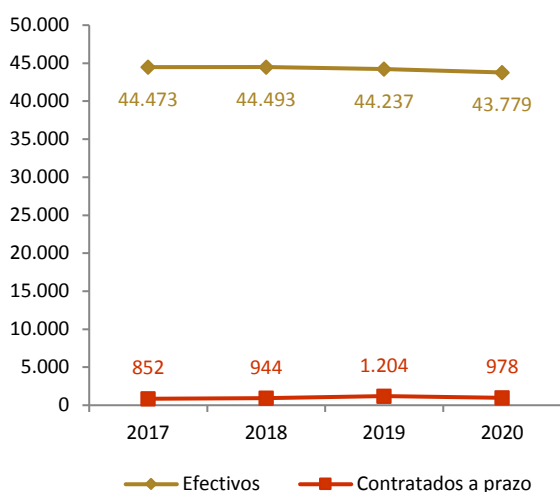
c) Por género



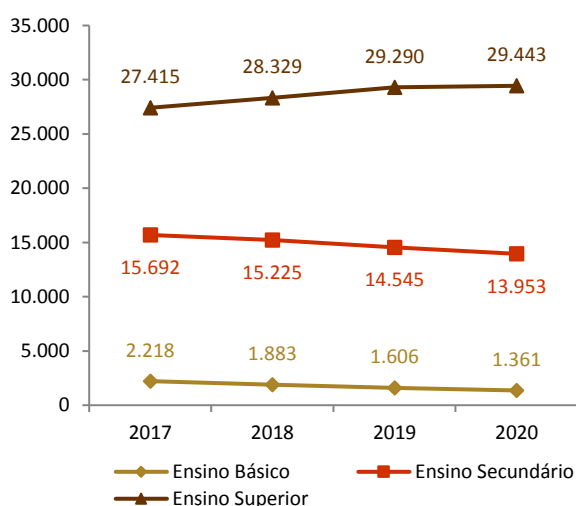
d) Por idades



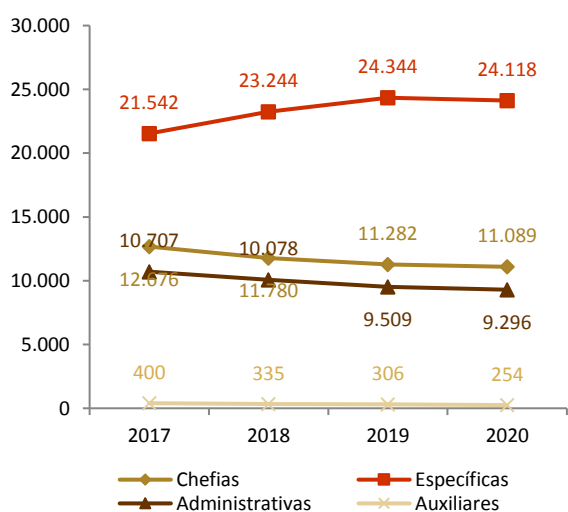
e) Por vínculo contratual



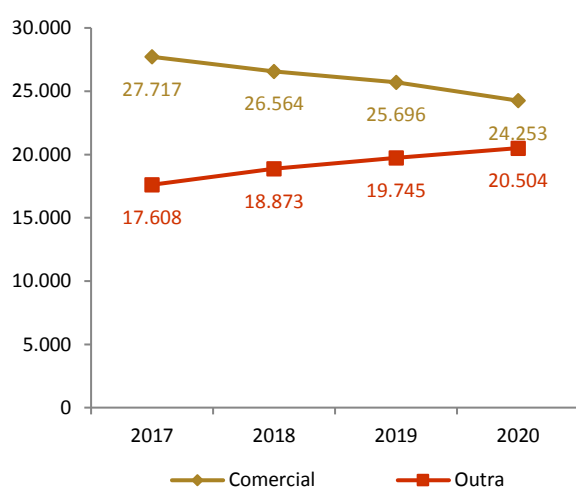
f) Por habilitações literárias



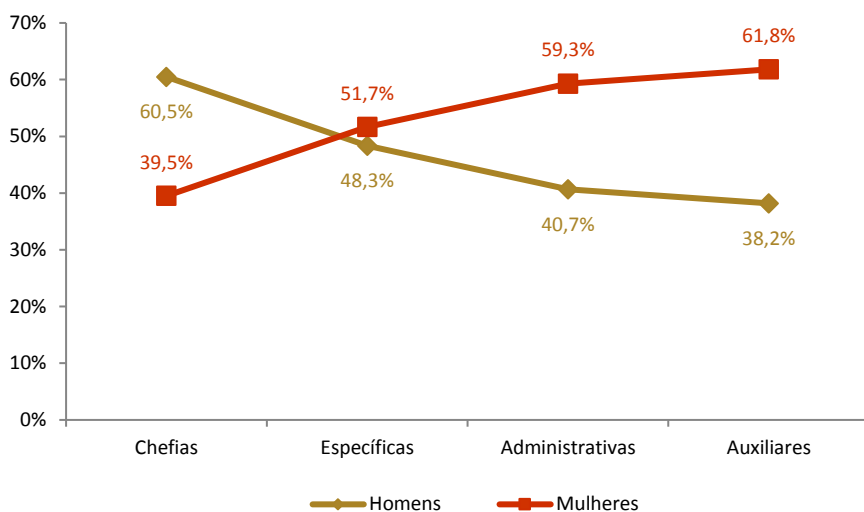
g) Por função



h) Por atividade



i) Por função e género (2020)



Fonte: IFs, APB.

III.2. Atividade de formação⁷

O desenvolvimento das qualificações dos colaboradores é um objetivo prioritário para o setor bancário e, apesar dos constrangimentos verificados em 2020, relacionados com a crise pandémica, o investimento em formação totalizou aproximadamente 12,4 milhões de euros, tendo correspondido a 1,1% dos gastos gerais administrativos. Apesar de se ter verificado uma redução das despesas em formação, devido essencialmente às consequências decorrentes da crise pandémica, manteve-se praticamente idêntica a percentagem de formandos relativamente ao número de colaboradores.

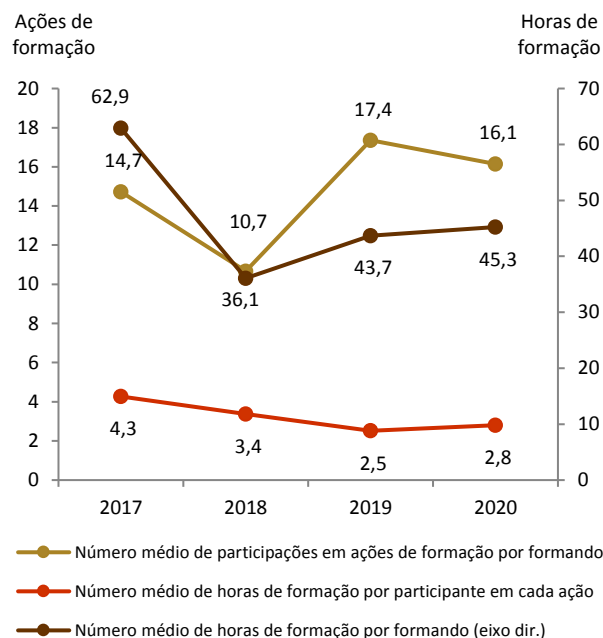
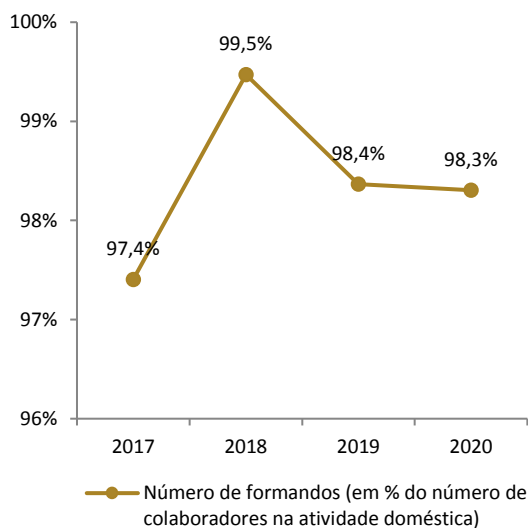
- Taxa global de formação: 98,3%
- Número de formandos: 43.347, -1,6% face a 2019
- Número total de horas de formação: 1.961.502 horas, +1,9% face a 2019
- Número médio de ações de formação por formando: 16,1 ações de formação (17,4 em 2019)
- Número médio de horas de formação por colaborador: 45,3 horas/ano (43,7 horas por ano em 2019)
- Ações de formação por tipo de modalidade: presencial – 13,8%; *e-learning* – 51,2%; outras modalidades de formação – 35,0%
- Ações de formação internas: 89,0% do total (88,4% em 2019)
- Custos com entidades formadoras externas: -20,5% face a 2019 (56,7% do total dos custos de formação)

⁷ Os indicadores relativos à formação dos recursos humanos reportam-se a uma amostra de 21 instituições financeiras.

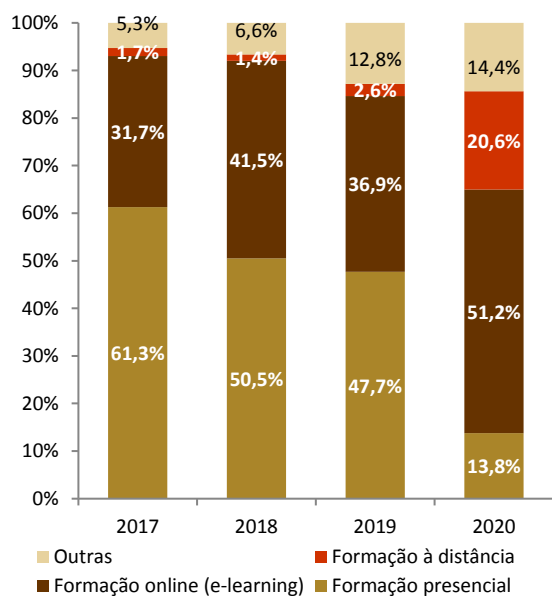
Em 2020, no que respeita aos principais indicadores relativos à formação, importa destacar:

Gráfico 5: Evolução da formação

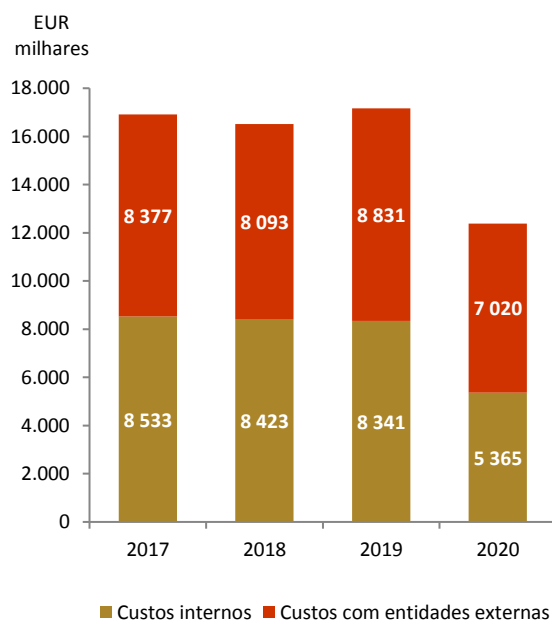
a) Número de formandos em % do número de colaboradores **b) Participações e horas em ações de formação**



c) Metodologias das ações de formação



d) Gastos com atividades de formação



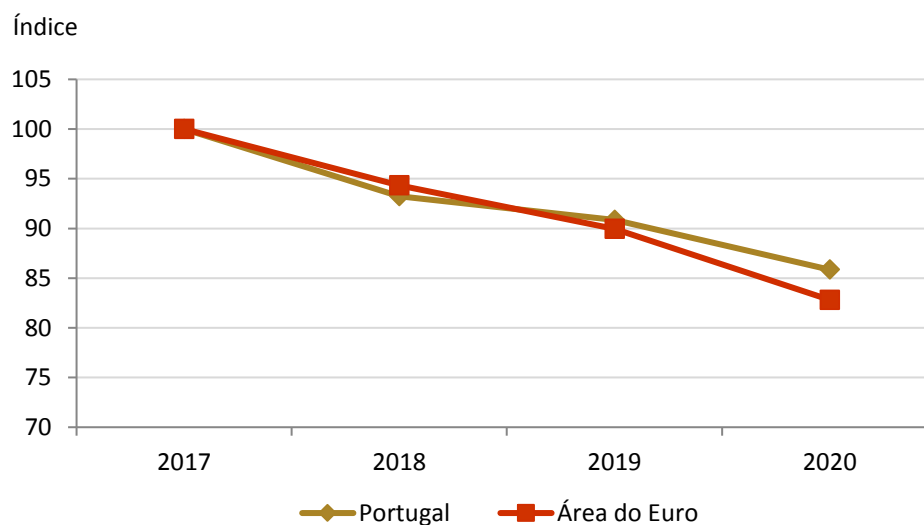
Fonte: IFs, APB.

IV. Indicadores de Cobertura Bancária

IV.1. Rede de balcões em Portugal

No final de 2020, a rede de balcões dos Associados era constituída por 3.714 balcões, tendo registado uma redução de 5,5% face ao ano anterior (ou seja, menos 217 balcões). Esta evolução enquadra-se num processo de profunda transformação do sector, tendência que se verifica a nível global, em que a articulação com canais digitais é cada vez maior face à necessidade de se disponibilizar uma oferta diversificada, inovadora e multicanal.

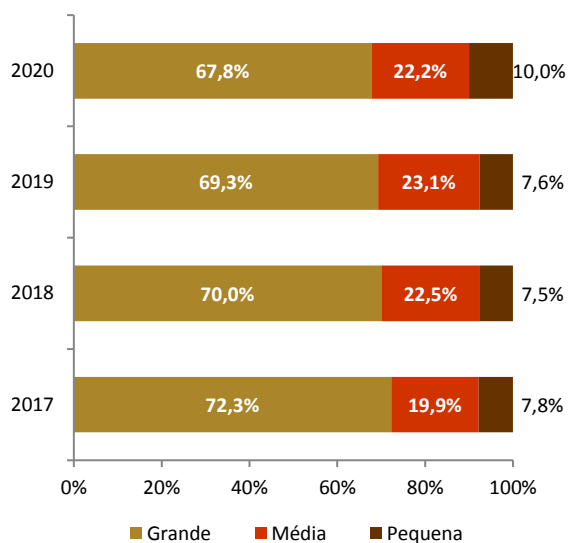
Gráfico 6: Evolução do número total de balcões (2017 = 100)



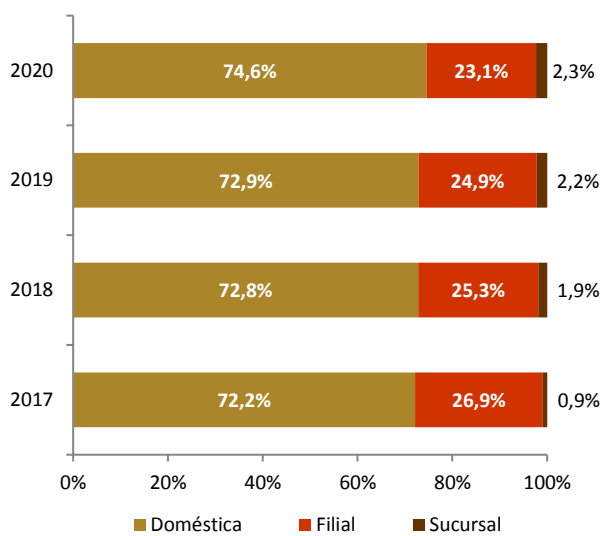
Fonte: IFs, APB e BCE.

Gráfico 7: Representatividade do número de balcões em Portugal a 31 de dezembro

a) Por dimensão



b) Por origem/forma de representação legal



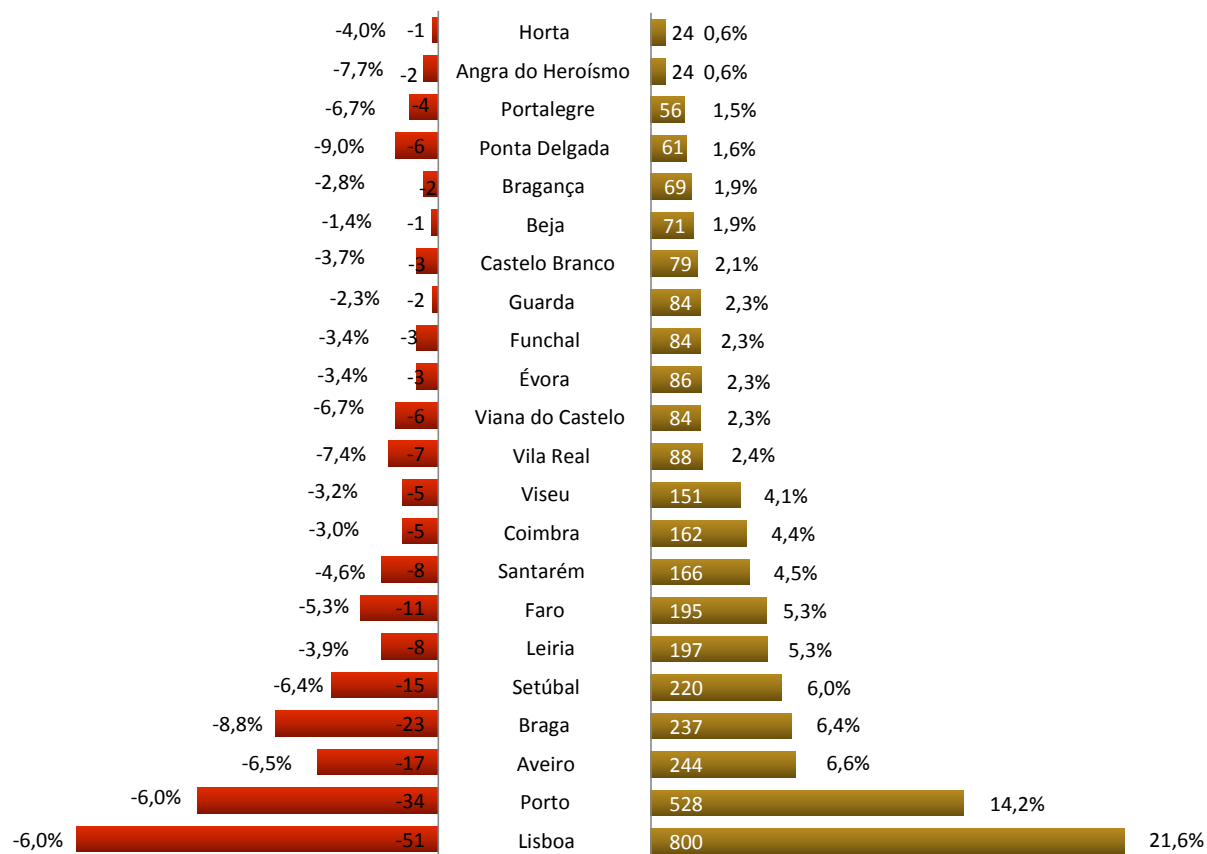
Fonte: IFs, APB.

Embora o encerramento de balcões tenha sido transversal à totalidade dos distritos, Lisboa e Porto continuaram a registar a variação anual mais significativa, tendo, em conjunto, representado cerca de 39% dos balcões encerrados em 2020.

Gráfico 8: Rede de balcões, por distrito, em 31 de dezembro de 2020

a) Variação absoluta e percentual do número de balcões em termos homólogos

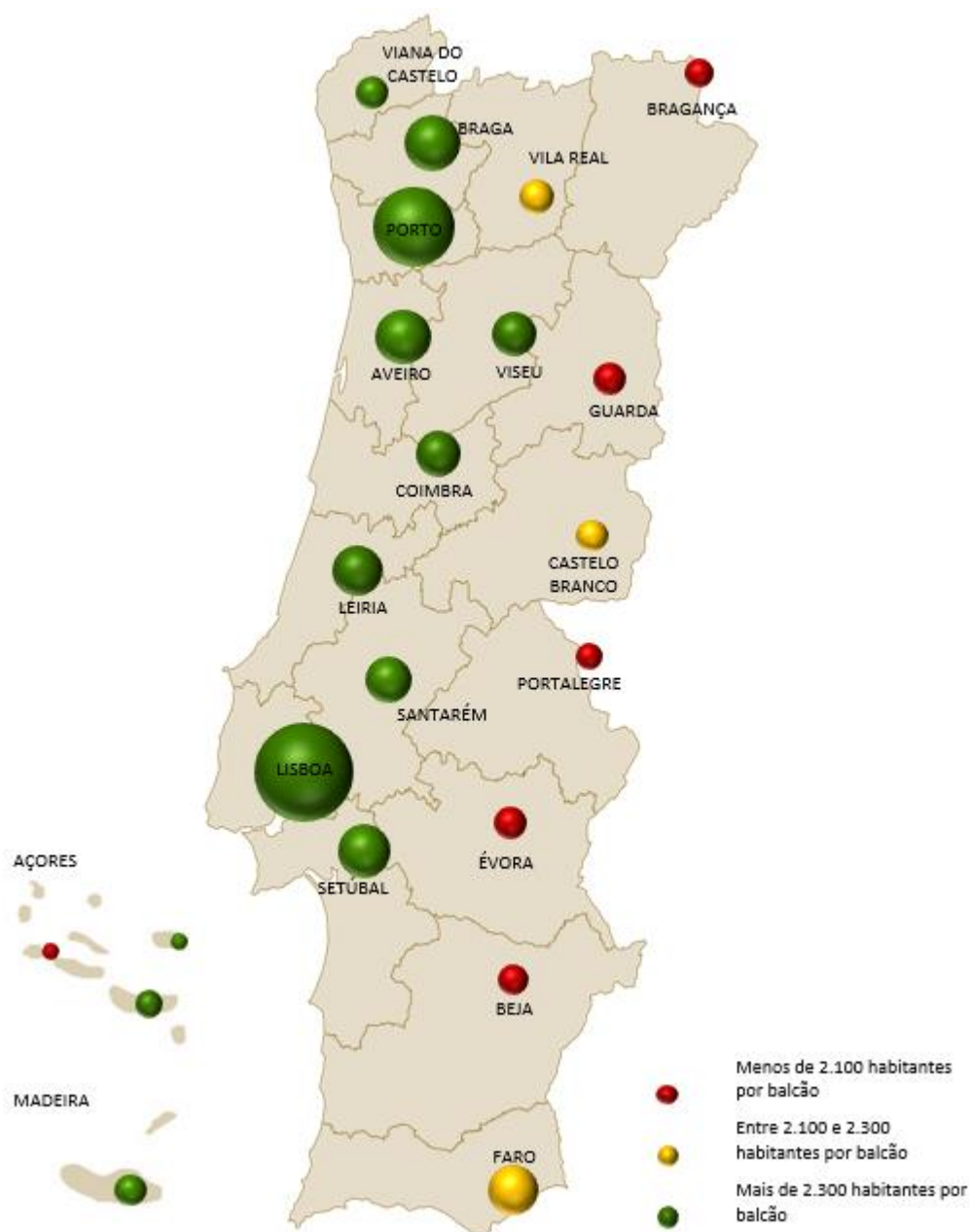
b) Distribuição da rede de balcões em termos absolutos e percentuais



Fonte: IFs, APB.

Nota: Não inclui 4 balcões móveis.

Figura 2: Distribuição dos balcões e do número de habitantes por balcão, por distrito, a 31 de dezembro de 2020

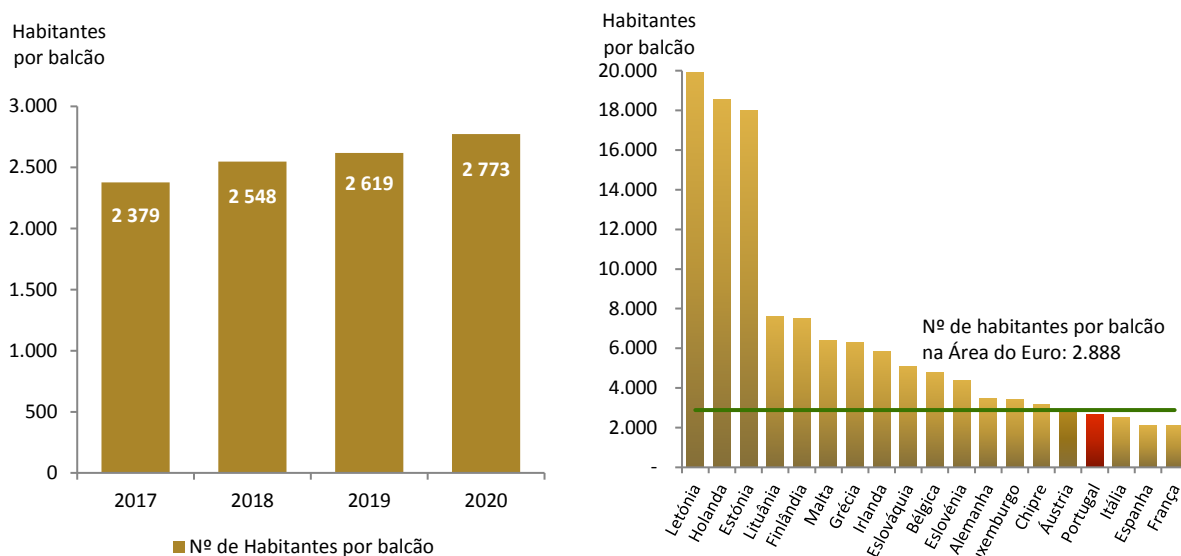


Fonte: IFs, INE, APB.

Nota: O tamanho das bolhas é indicativo do número absoluto de balcões existentes no respetivo distrito, enquanto a cor reflete o número de habitantes por balcão. Não inclui 4 balcões móveis.

Em termos comparativos, Portugal continua a apresentar um número de balcões por habitante superior à média dos países da Área do Euro.

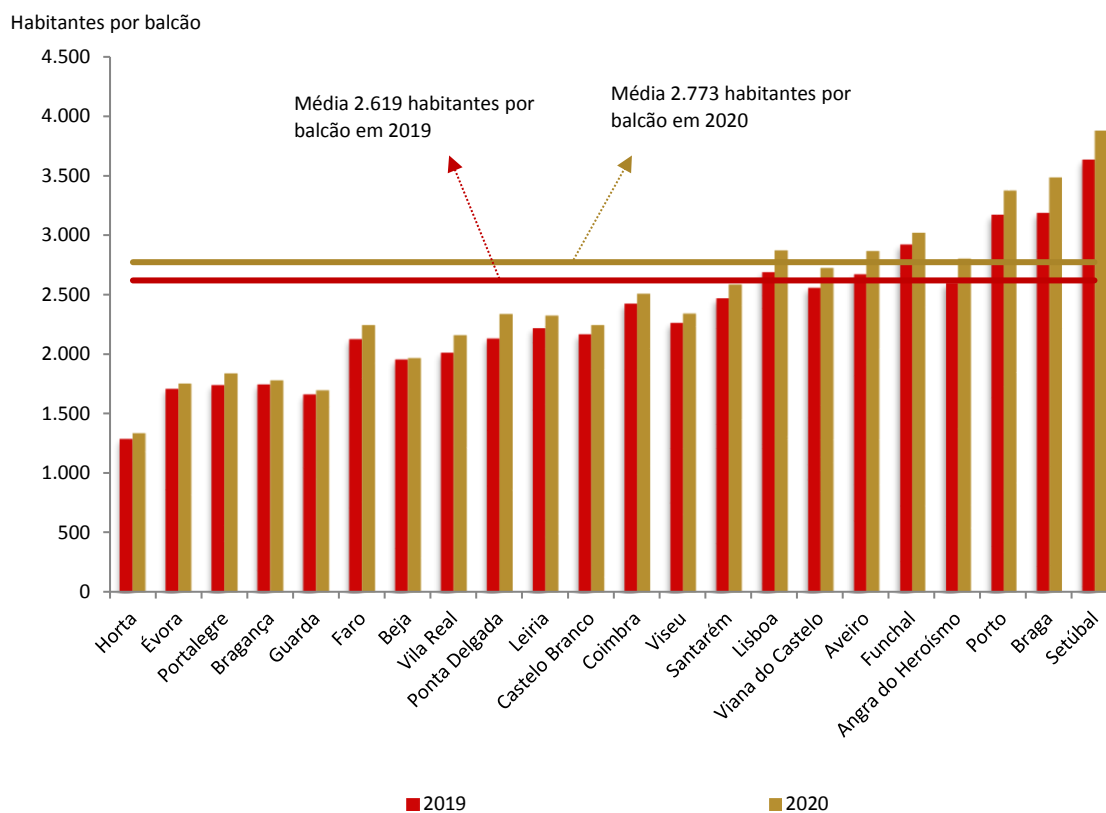
Gráfico 9: Evolução do número de habitantes por balcão



Fonte: IFs, APB, INE.

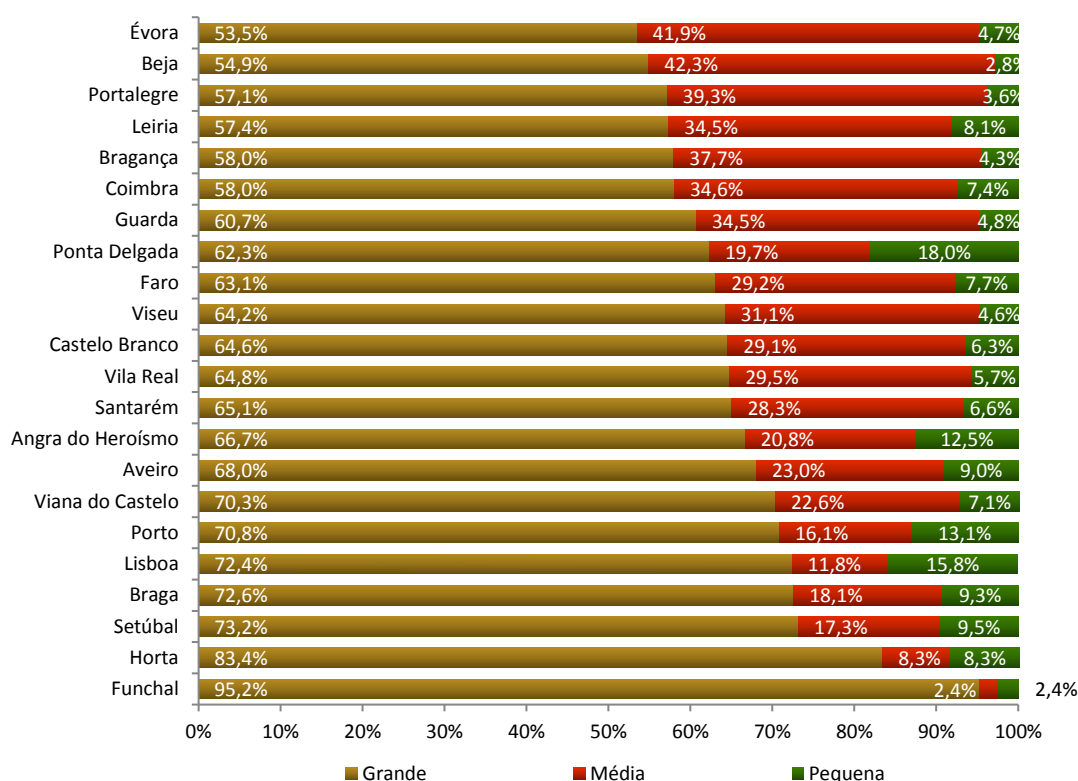
Fonte: Eurostat, BCE (incluindo dados para Portugal).

Gráfico 10: Número de habitantes por balcão, por distrito



Fonte: IFs, APB. Não inclui 4 balcões móveis.

Gráfico 11: Distribuição da percentagem de balcões por dimensão das instituições financeiras, por distrito, a 31 de dezembro de 2020

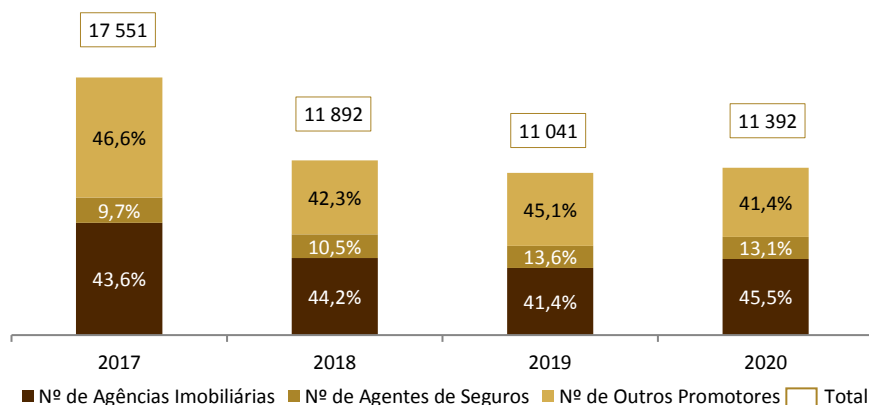


Fonte: IFs, APB. Não inclui 4 balcões móveis.

Promotores externos

As instituições financeiras também utilizam, como canal de distribuição, um conjunto de promotores externos, que participam na comercialização de produtos bancários, embora não se encontrem integrados na estrutura das instituições. São exemplos de promotores externos os mediadores imobiliários e os consultores financeiros.

Gráfico 12: Evolução do número e tipologia dos promotores externos

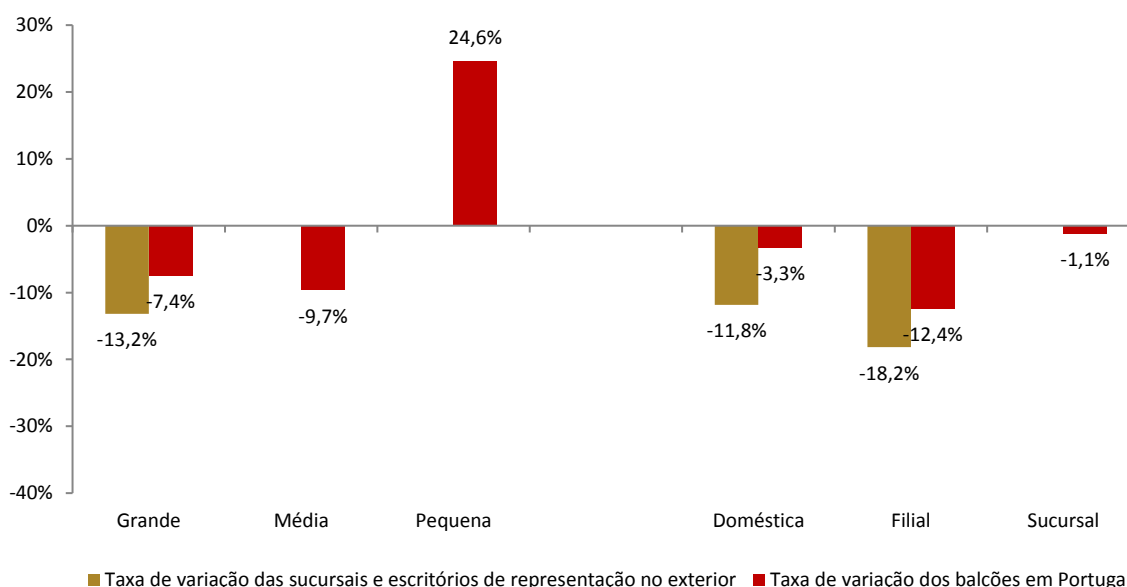


Fonte: IFs, APB.

IV.2. Sucursais e escritórios de representação no exterior

No final de 2020, as instituições financeiras detinham uma rede de sucursais e de escritórios de representação constituída por 106 unidades (-12% face a 2019): 77 unidades na Europa, 8 no continente americano, 19 na Ásia e 2 em África. Em termos geográficos, as redes de sucursais e de escritórios de representação das instituições financeiras estão sobretudo concentradas na Europa, principalmente em França e na Suíça.

Gráfico 13: Taxas de variação do número de sucursais e de escritórios de representação no exterior em comparação com a taxa de variação do número de balcões em Portugal, por dimensão e origem/forma de representação legal - 2020



Fonte: IFs, APB.

IV.3. ATMs e homebanking

Em 2020, existiam 14.039⁸ ATMs⁹ pertencentes às instituições financeiras dos associados da APB, o que continua a corresponder a uma das taxas mais elevadas da Europa relativamente ao número de habitantes, apesar do decréscimo de 3,1% face a 2019. Dos terminais ATMs dos Associados, 82,4% estavam integrados no sistema Multibanco, enquanto os restantes 17,6% correspondiam a redes próprias. No último período, a representatividade das instituições financeiras dos associados da APB na rede Multibanco situou-se em 96%.

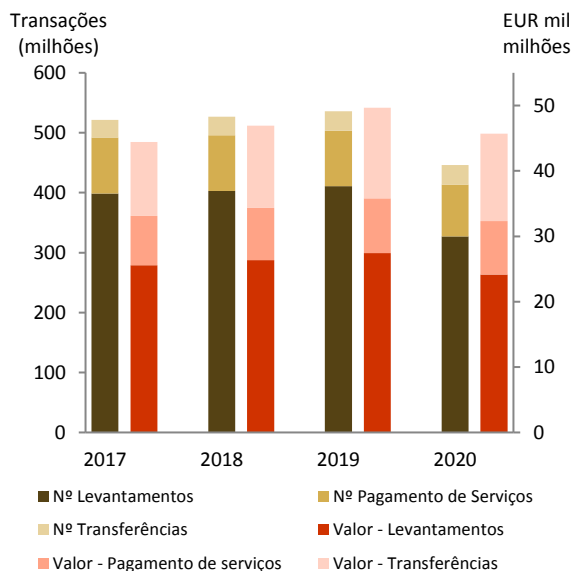
O contexto de crise pandémica conduziu à necessidade de implementação de medidas de confinamento, com particular incidência na mobilidade das pessoas, o que acabou por impactar as transações efetuadas através de ATMs. Estas transações registaram uma descida significativa, em

⁸ Este valor inclui rede multibanco e rede própria das instituições financeiras dos associados da APB. Para efeitos da análise da rede de ATMs, a amostra totaliza 11 instituições financeiras associadas.

⁹ Automated Teller Machine.

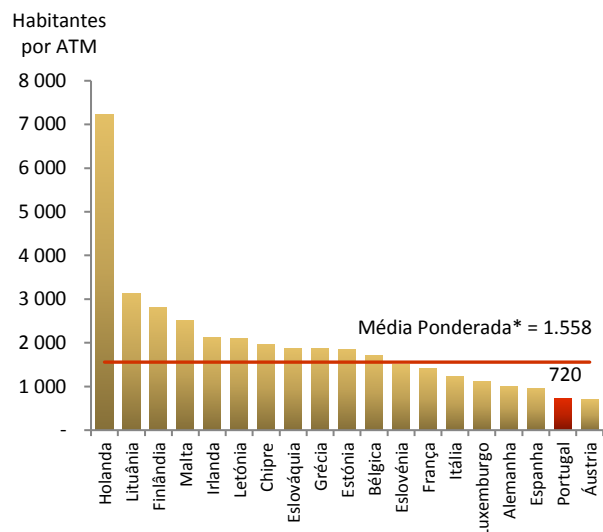
termos homólogos, quer em termos de montante (-8% em relação a 2019), quer em termos de número (-16,8% face a 2019). Relativamente ao valor de transações, verificaram-se decréscimos acentuados ao nível dos levantamentos (-11,8%), das transferências (-3,5%) e dos pagamentos de serviços (-2,9%). Por sua vez, no que respeita ao número de transações, os pagamentos de serviços registaram descidas de 6,5%, os levantamentos de 6,3% e as transferências de 0,7%. Contudo, verificou-se um aumento de 10,6% do valor médio por transação, para 102,44 euros.

Gráfico 14: Transações em ATMs



Fonte: SIBS.

Gráfico 15: Habitantes por ATM na Área do Euro



Fonte: Eurostat, BCE.

Nota: *Média ponderada do número de habitantes por ATM pela população de cada país.

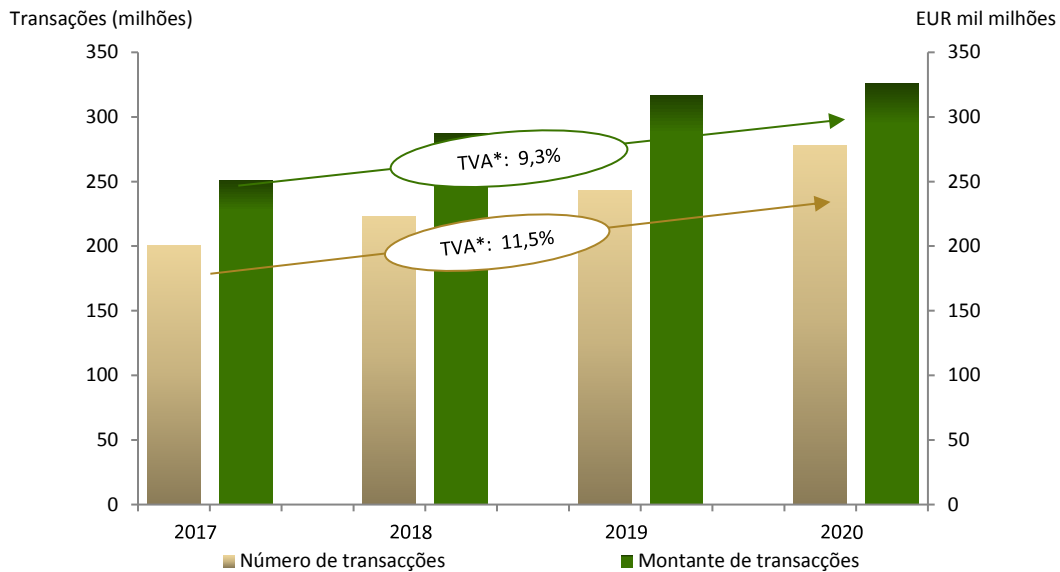
Em 2020, o número de utilizadores do serviço de *homebanking*¹⁰ situou-se em 5.146.079, tendo aumentado 6,9% em relação a 2019, o que se enquadra no contexto de crise pandémica que conduziu a uma aceleração da digitalização.

O número e valor das transações realizadas no *homebanking*¹¹ aumentaram 14,4% e 3,0%, respetivamente. Relativamente ao valor de transações, os pagamentos de serviços mantiveram-se praticamente constantes (-0,8%) e as transferências tiveram um crescimento de 3,2%. Por sua vez, no que respeita ao número de transações, os pagamentos registaram uma taxa de crescimento de 24,8% e as transferências de 7,8%.

¹⁰ Para efeitos da análise do número de utilizadores de *homebanking*, só se dispõe de informação para 13 instituições financeiras associadas.

¹¹ Todos os dados relativos ao número e volume de transações abrangem a totalidade da amostra (25 instituições financeiras associadas). Dados fornecidos pela SIBS.

Gráfico 16: Evolução do número e montante das transações realizadas através de homebanking



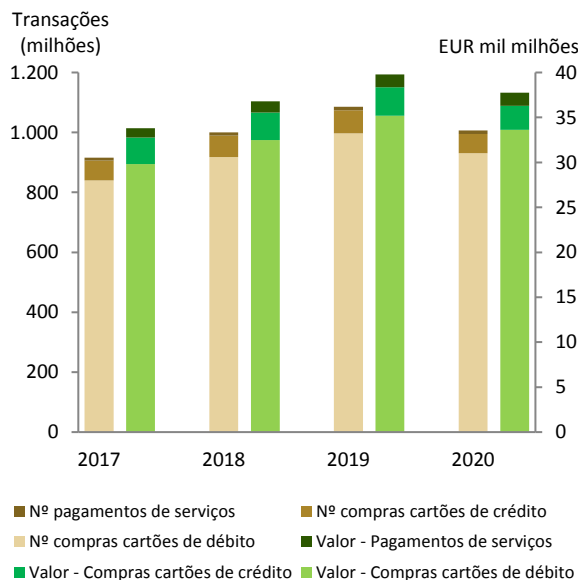
Fonte: SIBS.

Nota: *TVA - Taxa de variação média anual.

IV.4. POS¹²

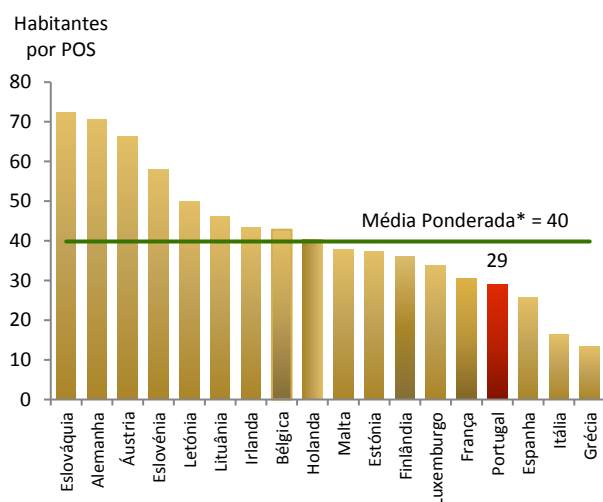
O aumento do número de POS^{13,14} instalados (+4% face a 2019) foi acompanhado por uma diminuição tanto do número de transações (-7,3% face a 2019) realizadas através deste canal como do respetivo valor (-5,1% face ao ano anterior), o que se justifica tendo em conta a forte contração da atividade económica registada neste ano.

Gráfico 17: Transações em POS



Fonte: SIBS.

Gráfico 18: Habitantes por POS na Área do Euro



Fonte: Eurostat, BCE, APB.

Nota: *Média ponderada do número de habitantes por POS pela população de cada país. Não inclui Chipre.

¹² Point of Sale.

¹³ Para efeitos da análise da rede de POS, só se dispõe de informação para 11 instituições financeiras associadas.

¹⁴ Todos os dados relativos ao número e volume de transações abrangem a totalidade da amostra (25 instituições financeiras associadas).

V. Análise de performance

V.1. Análise de balanço

As medidas tomadas para fazer face à crise decorrente da pandemia de COVID-19 conduziram a um aumento expressivo do ativo agregado das instituições financeiras que, em 31 de dezembro de 2020, totalizou cerca de 355 mil milhões de euros (+7,4% face ao ano anterior). O peso do sistema bancário na economia passou a representar 175,3% do PIB, o que compara com 154,5% no ano anterior. Contudo, apesar desta evolução, o peso do sector no PIB mantém-se em níveis inferiores aos registados antes da crise da dívida soberana, fruto do processo de desalavancagem da economia registado nos anos subseqüentes.

Tabela 1: Composição e evolução da estrutura do ativo agregado, a 31 de dezembro (2018 – 2020)

	2018	2019	2020
Caixa e disponibilidades			
Total (milhões €)	17 655	21 848	34 839
Taxa de variação anual	-	23,8%	59,5%
Em % do total de ativo	5,4%	6,6%	9,8%
Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados			
Total (milhões €)	20 945	19 720	16 262
Taxa de variação anual	-	-5,8%	-17,5%
Em % do total de ativo	6,4%	6,0%	4,6%
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral			
Total (milhões €)	32 225	33 063	35 176
Taxa de variação anual	-	2,6%	6,4%
Em % do total de ativo	9,8%	10,0%	9,9%
Ativos financeiros pelo custo amortizado			
Total (milhões €)	228 800	230 954	243 898
Taxa de variação anual	-	0,9%	5,6%
Em % do total de ativo	69,6%	69,9%	68,7%
Outros ativos⁽¹⁾			
Total (milhões €)	29 563	24 918	24 801
Taxa de variação anual	-	-15,7%	-0,5%
Em % do total de ativo	9,0%	7,5%	7,0%
Total de ativo	329 188	330 503	354 976
Taxa de crescimento anual	-	0,4%	7,4%

Fonte: IFs, APB.

Nota: ⁽¹⁾ Inclui: Derivados de cobertura, Variação do justo valor dos elementos abrangidos pela carteira de cobertura do risco de taxa de juro, Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ativos tangíveis, ativos intangíveis, ativos por impostos, outros ativos e Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda.

A evolução do ativo agregado reflete, sobretudo, o aumento de caixa e disponibilidades (+59,5%), de títulos de dívida (+10%) e empréstimos a clientes (+3,8%).

Tabela 2: Composição da estrutura dos ativos financeiros, a 31 de dezembro (2018 – 2020)

2018				2019				2020				
Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Total	Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Total	Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Total	
Derivados ⁽¹⁾ (milhões €)	3 657	-	-	3 657	3 392	-	-	3 392	3 090	-	-	3 090
Em % do total	17,5%	-	-	1,3%	17,2%	-	-	1,2%	19,0%	-	-	1,0%
Instrumentos de capital próprio (milhões €)	6 068	1 165	-	7 233	5 054	1 035	-	6 089	4 285	895	-	5 180
Em % do total	29,0%	3,6%	-	2,6%	25,6%	3,1%	-	2,1%	26,4%	2,5%	-	1,8%
Títulos de dívida (milhões €)	11 176	31 052	41 170	83 398	11 178	32 017	41 768	84 963	8 802	31 131	53 565	93 498
Em % do total	53,3%	96,4%	18,0%	29,6%	56,7%	96,8%	18,1%	29,9%	54,1%	88,5%	22,0%	31,7%
Empréstimos (milhões €)	44	8	187 630	187 682	96	11	189 186	189 293	85	3 150	190 333	193 568
Em % do total	0,2%	0,0%	82,0%	66,5%	0,5%	0,0%	81,9%	66,8%	0,5%	9,0%	78,0%	65,5%
Total	20 945	32 225	228 800	281 970	19 720	33 063	230 954	283 737	16 262	35 176	243 898	295 335

Fonte: IFs, APB.

Nota: ⁽¹⁾ Não inclui derivados de cobertura.

Tabela 3: Empréstimos a clientes, a 31 de dezembro (2018 – 2020)

	2018	2019	2020
Empresas e administração pública			
Total (milhões €)	84 557	79 460	84 204
Taxa de variação anual	-	-6,0%	6,0%
Em % do total de empréstimos a clientes	45,1%	42,9%	43,9%
Particulares habitação			
Total (milhões €)	87 405	89 694	94 285
Taxa de variação anual	-	2,6%	5,1%
Em % do total de empréstimos a clientes	46,6%	48,4%	49,2%
Particulares consumo e outros fins			
Total (milhões €)	15 468	16 203	13 320
Taxa de variação anual	-	4,7%	-17,8%
Em % do total de empréstimos a clientes	8,3%	8,7%	6,9%
Total de empréstimos a clientes	187 430	185 357	191 809
Taxa de variação anual	-	-1,1%	3,5%
Total de imparidades de empréstimos a clientes	(12 722)	(8 375)	(8 144)
Total líquido	174 708	176 982	183 665
Taxa de variação anual	-	1,3%	3,8%

Fonte: IFs, APB.

Os empréstimos a clientes (valores brutos) registaram uma subida de 3,5% face a 2019, refletindo, sobretudo, as medidas de apoio à economia adotadas em resposta à crise pandémica,

nomeadamente os empréstimos com garantia pública e os regimes de moratória. Os empréstimos a Empresas e Administração Pública registaram um aumento anual de 6%, o que se deveu à subida das necessidades de liquidez das empresas no contexto pandémico. Por sector de atividade, o maior aumento do crédito verificou-se nos segmentos do comércio e do Alojamento e restauração, e por dimensão, no segmento das PME.

Em 2020, os empréstimos brutos à habitação mantiveram a trajetória de recuperação iniciada em 2019 e subiram 5,1% devido, essencialmente, ao crescimento dos novos empréstimos e à redução dos reembolsos, refletindo os efeitos dos regimes de moratória. Por sua vez, os empréstimos brutos a particulares para consumo e outros fins registaram uma diminuição significativa de 17,8%, que contrasta com as taxas elevadas registadas nos anos anteriores e que é explicada pelas restrições de confinamento implementadas como resposta à COVID-19.

Os empréstimos líquidos a clientes, com um peso de 51,7% no ativo agregado, aumentaram 3,8% face ao ano anterior.

Tabela 4: Qualidade dos ativos, a 31 de dezembro (2018-2020)

	2018				2019				2020			
	Total	Habituação	Consumo e outros fins	Empresas e administração pública	Total	Habituação	Consumo e outros fins	Empresas e administração pública	Total	Habituação	Consumo e outros fins	Empresas e administração pública
Non-performing loans (milhões €)	22 109	3 483	1 764	15 054	13 577	2 196	1 208	8 977	11 107	1 729	1 231	7 321
Rácio de NPL	10,2%	3,9%	13,3%	21,2%	6,2%	2,4%	8,6%	13,4%	5,5%	1,8%	8,9%	10,2%
Rácio de cobertura de NPL	52,4%	26,0%	60,7%	57,4%	52,9%	24,0%	63,1%	59,0%	56,7%	28,8%	71,9%	59,2%

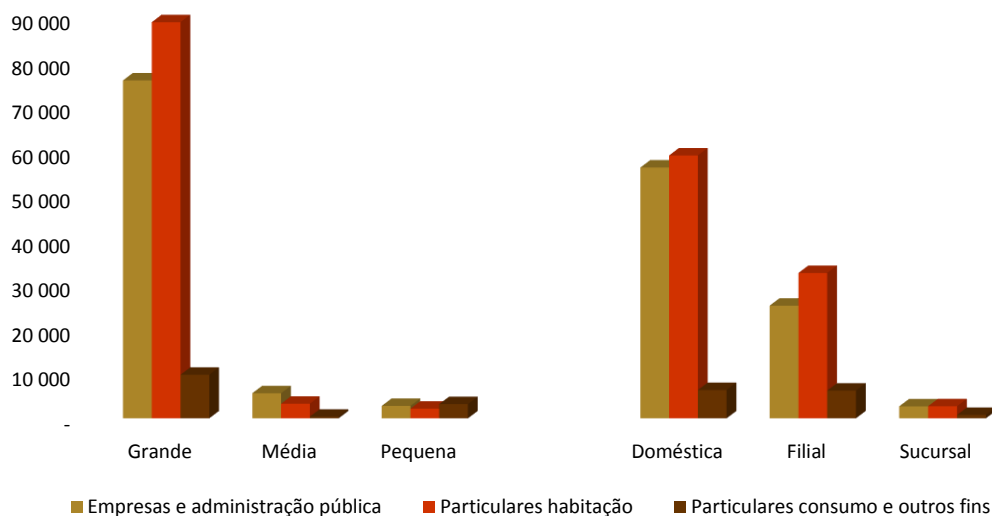
Fonte: IFs, APB.

Apesar do enquadramento económico desfavorável provocado pela crise pandémica, a redução do *stock* de NPL continuou a ser uma prioridade para o sector bancário português que, em 2020, prosseguiu a trajetória de redução que se vem registando desde 2016.

Em relação ao ano anterior, os NPL diminuíram cerca de 2,5 mil milhões de euros, o que se deveu a vendas e abatimentos ao ativo, tendo o rácio de NPL diminuído para 5,5%. Apesar de este rácio continuar num nível considerado ainda elevado face à média da Área do Euro (2,5% em dezembro de 2020), os progressos conseguidos na sua redução têm sido muito significativos. Os NPL das Empresas e administração pública, responsáveis por 65,9% da totalidade do montante de NPL das IF associadas, registaram uma descida de 18,4% face a 2019, tendo o rácio de NPL diminuído 3,2 p.p. para 10,2%.

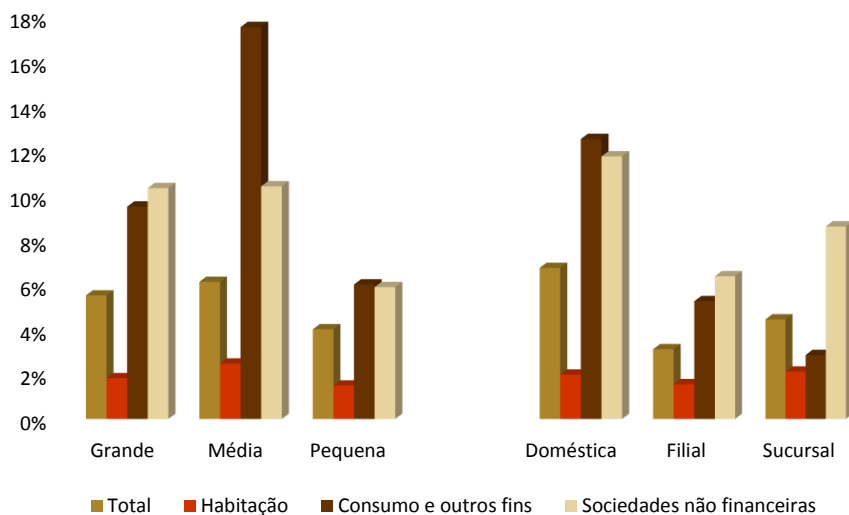
Em 2020, verificou-se um aumento significativo da cobertura por imparidades tendo o rácio subido 3,8 p.p., para 56,7%.

Gráfico 19: Empréstimos a clientes, por dimensão e origem/forma de representação legal das IF's, a 31 de dezembro de 2020



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 20: Rácio de NPL por dimensão e origem/forma de representação legal das IF's, a 31 de dezembro de 2020



Fonte: IFs, APB.

A exposição a títulos de dívida pública tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos, representando 16,7% do ativo no final de 2020 (+1 p.p. face ao ano anterior).

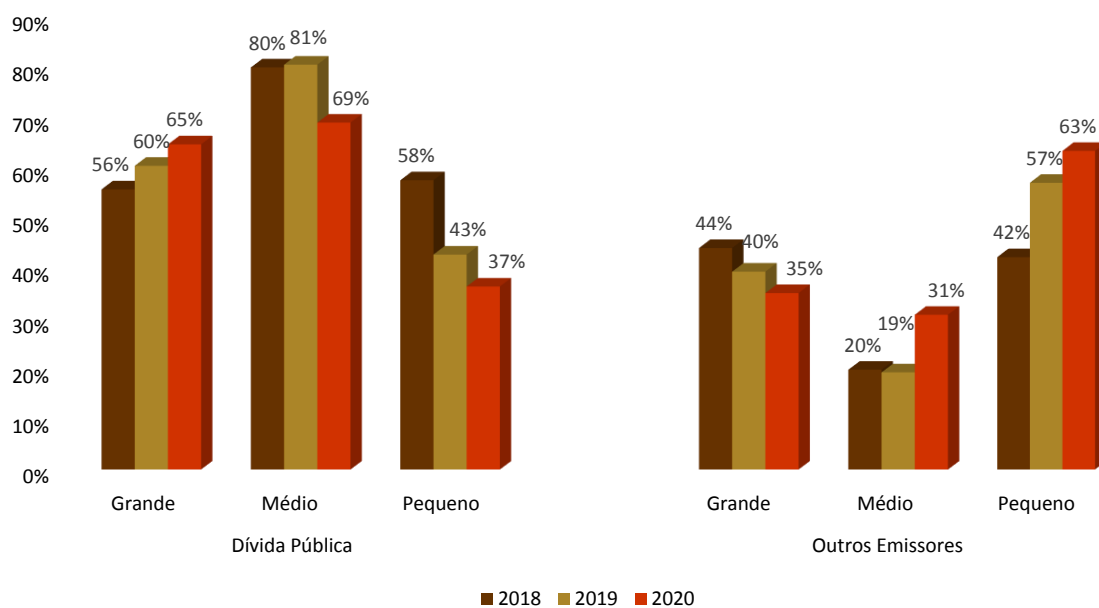
O peso dos títulos de dívidas avaliados a custo amortizado, ou seja, em que as variações de valor apenas são reconhecidas em balanço no momento de venda, aumentou para 15,1% do ativo em 2020 (12,6% em 2019).

Tabela 5: Composição da carteira de títulos de dívida, a 31 de dezembro (2018-2020)

	2018	2019	2020
Dívida pública			
Total (milhões €)	48 756	52 003	59 213
Taxa de variação anual	-	6,7%	13,9%
Em % do total	58,5%	61,2%	63,3%
Outros emissores			
Total (milhões €)	34 642	32 960	34 284
Taxa de variação anual	-	-4,9%	4,0%
Em % do total	41,5%	38,8%	36,7%
Total de títulos de dívida	83 398	84 963	93 498
Taxa de variação anual		1,9%	10,0%
Títulos de dívida pública em % do total de ativo	14,8%	15,7%	16,7%

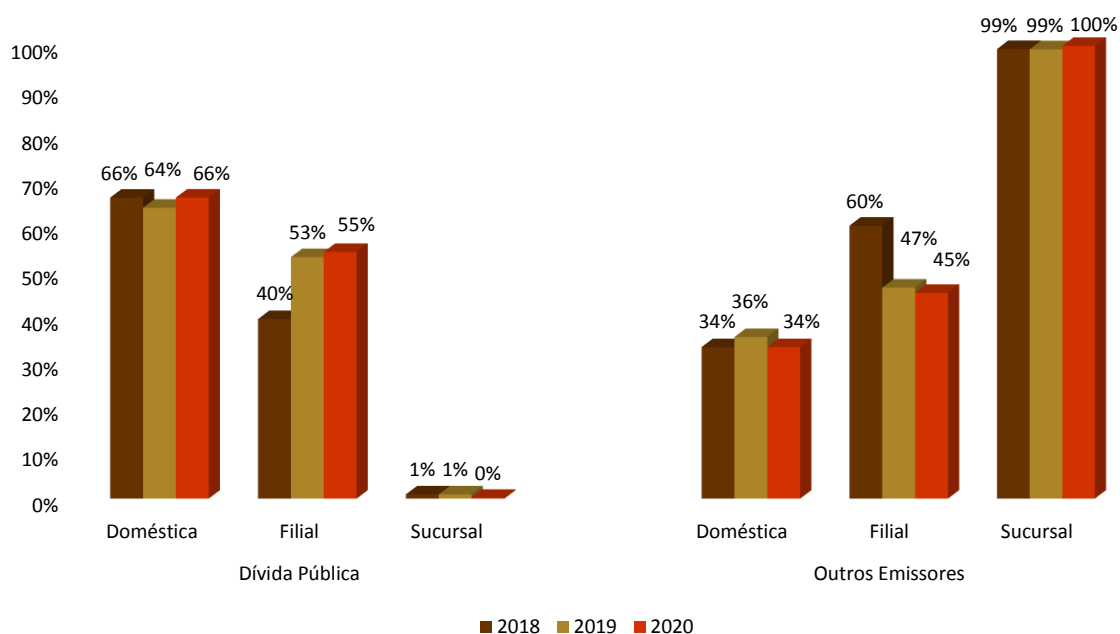
Fonte: IFs, APB.

Gráfico 21: Estrutura de Títulos de dívida, por dimensão das IF's, a 31 de dezembro



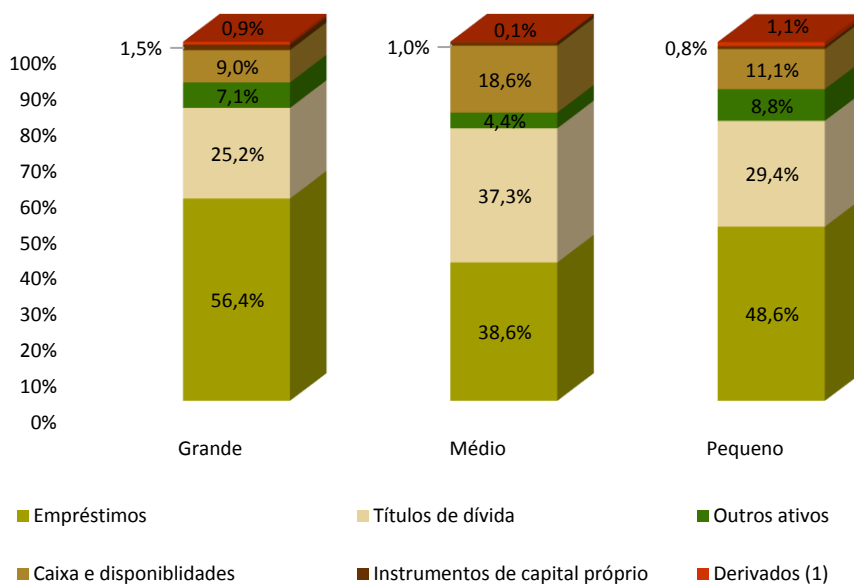
Fonte: IFs, APB.

Gráfico 22: Estrutura de Títulos de dívida, por origem/forma de representação legal, das IF's, a 31 de dezembro



Fonte: IFs, APB.

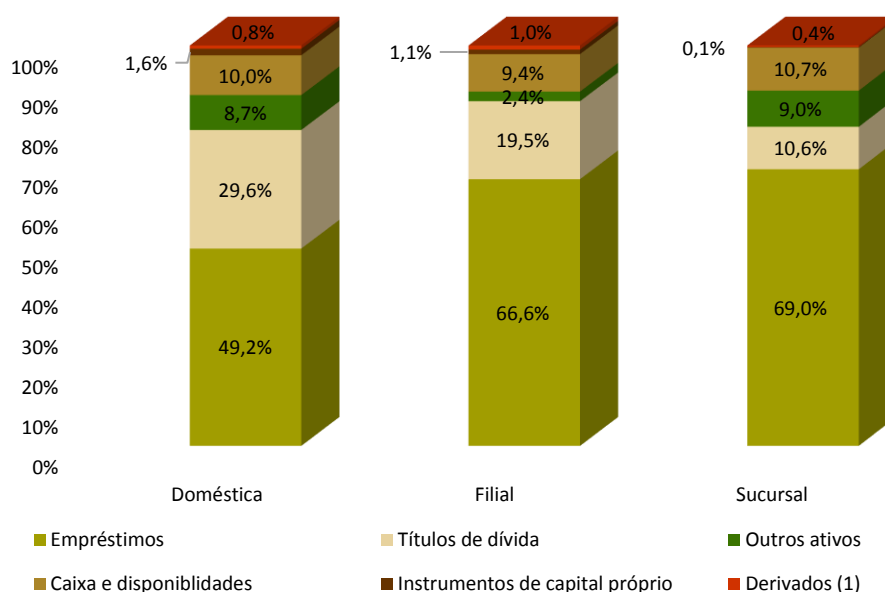
Gráfico 23: Estrutura do ativo por dimensão, a 31 de dezembro de 2020



Fonte: IFs, APB.

Nota: ⁽¹⁾ Não inclui derivados de cobertura.

Gráfico 24: Estrutura do ativo por origem/forma de representação legal, a 31 de dezembro de 2020



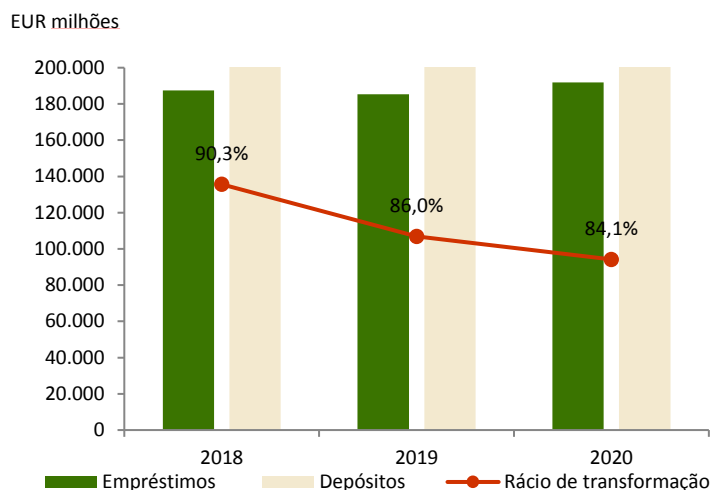
Fonte: IFs, APB.

Nota: ⁽¹⁾ Não inclui derivados de cobertura.

Na evolução do passivo, importa destacar o aumento de 5,8% dos depósitos de clientes face a 2019, fruto do reforço dos níveis de poupança em resultado da redução do consumo, associada às restrições impostas pela pandemia, e da elevada incerteza quanto à duração da crise e aos seus impactos. Em 2020, os depósitos de clientes representaram 70% na estrutura do financiamento das instituições financeiras. A evolução dos depósitos é explicada quer pelo aumento dos depósitos de particulares, quer pelo aumento dos depósitos de empresas e administração pública, cujos montantes subiram 6,3% e 4,8%, respetivamente. Num contexto de muito baixas taxas de juro, como consequência da política monetária acomodatória do BCE, continuou a verificar-se um aumento dos depósitos à ordem (15,6% face a 2019), superior ao dos depósitos com prazo acordado (5,5% face a 2019).

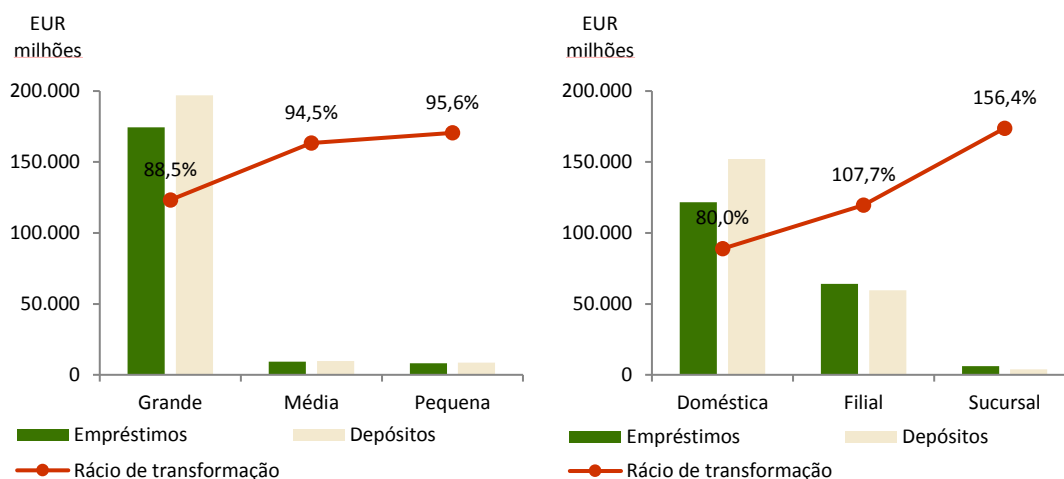
Como o aumento dos empréstimos a clientes foi inferior ao aumento dos depósitos de clientes, continuou a verificar-se uma redução do rácio de transformação que, em 2020, se situou em 80,6%, o que compara com 82,2%, em 2019.

Gráfico 25: Rácio de transformação, a 31 de dezembro de 2020



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 26: Rácio de transformação por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de dezembro de 2020



Fonte: IFs, APB.

O recurso a fontes de financiamento de mercado continuou a diminuir (-10,6% face a 2019) e, atualmente, o seu peso na estrutura de financiamento das instituições financeiras é pouco expressivo. Já o financiamento junto do Eurosistema aumentou 4 pp face a 2019, e passou a representar 9,1% do ativo, em resultado das medidas atrativas de política monetária que foram reforçadas de forma significativa no atual contexto pandémico.

Tabela 6: Composição e evolução da estrutura de financiamento agregado, a 31 de dezembro (2018-2020)

	2018	2019	2020
Passivos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados			
Total (milhões €)	6 936	6 544	4 732
Taxa de crescimento anual	-	-5,7%	-27,7%
Em % do total de balanço	2,1%	2,0%	1,3%
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Total (milhões €)	285 576	286 273	311 425
Taxa de crescimento anual	-	0,2%	8,8%
Em % do total de balanço	86,8%	86,6%	87,7%
Outros passivos			
Total (milhões €)	8 211	8 152	9 414
Taxa de crescimento anual	-	-0,7%	15,5%
Em % do total de balanço	2,5%	2,5%	2,7%
Total de Passivo	300 723	300 968	325 571
Taxa de crescimento anual	-	0,1%	8,2%
Em percentagem do total de balanço	91,4%	91,1%	91,7%
Capitais Próprios			
Total (milhões €)	28 464	29 535	29 405
Taxa de crescimento anual	-	3,8%	-0,4%
Em % do total de balanço	8,6%	8,9%	8,3%
Total de Passivo e Capitais Próprios	329 188	330 503	354 976

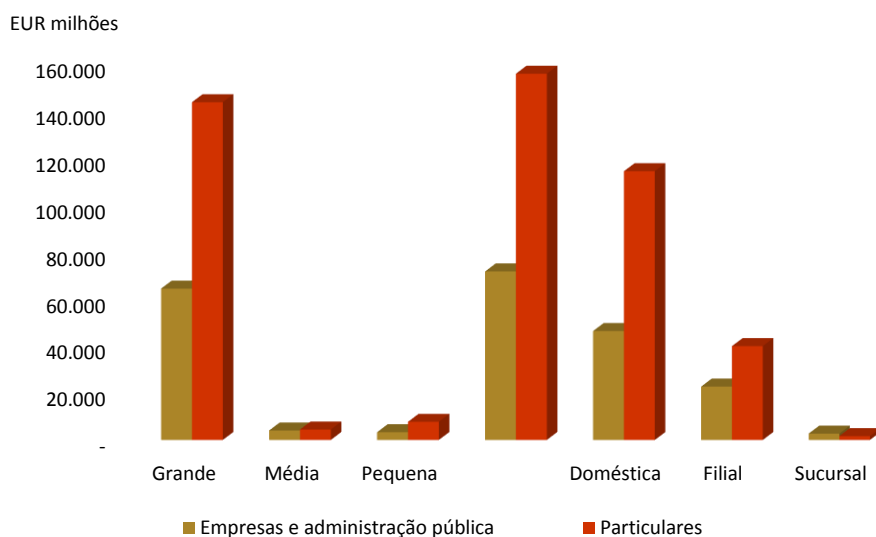
Fonte: IFs, APB.

Tabela 7: Depósitos de clientes, a 31 de dezembro (2018-2020)

	2018	2019	2020
Empresas e administração pública			
Total (milhões €)	66 077	68 484	71 803
Taxa de variação anual	-	3,6%	4,8%
Em % do total de depósitos de clientes	31,9%	31,8%	31,5%
Particulares			
Total (milhões €)	141 385	146 936	156 194
Taxa de variação anual	-	3,9%	6,3%
Em % do total de depósitos de clientes	68,1%	68,2%	68,5%
Total de depósitos de clientes	207 462	215 420	227 998
Taxa de variação anual	-	3,8%	5,8%

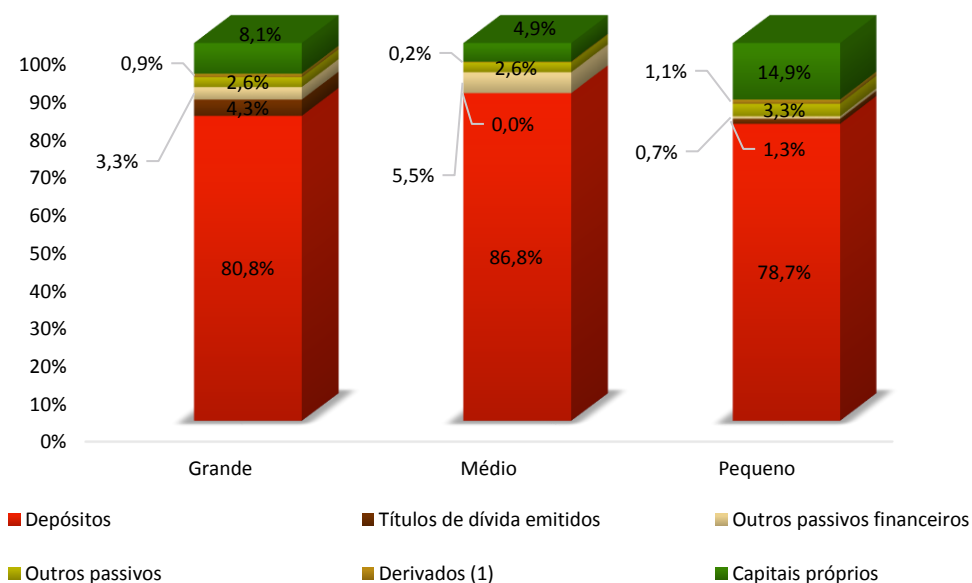
Fonte: IFs, APB.

Gráfico 27: Depósitos de clientes, por dimensão e origem/ forma de representação legal, a 31 de dezembro de 2020



Fonte: IFs, APB.

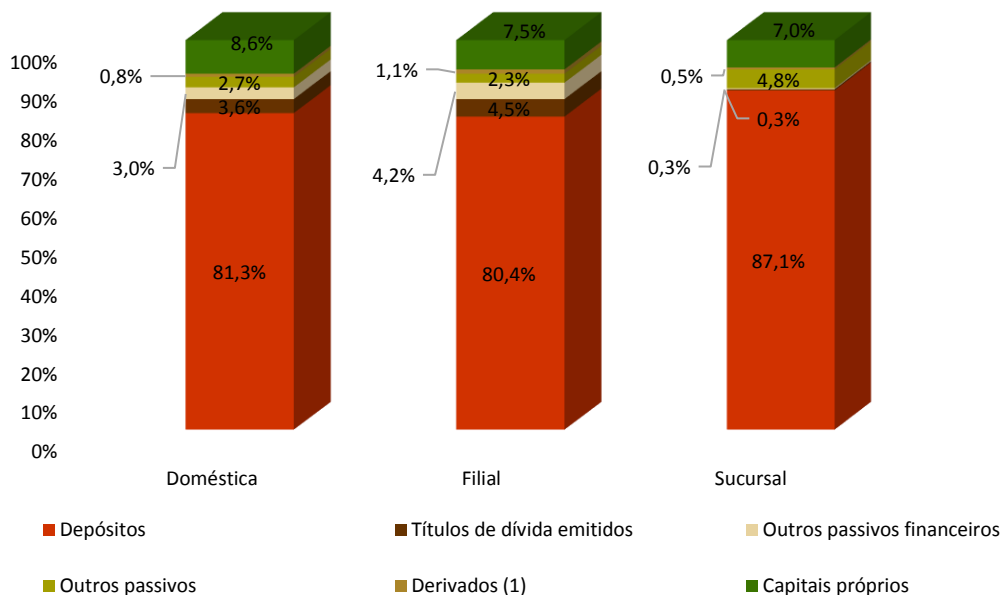
Gráfico 28: Estrutura do passivo por dimensão, a 31 de dezembro de 2020



Fonte: IFs, APB.

Nota: ⁽¹⁾ Não inclui derivativos de cobertura.

Gráfico 29: Estrutura do passivo por origem/forma de representação legal, a 31 de dezembro de 2020



Fonte: IFs, APB.

Nota: ⁽¹⁾ Não inclui derivativos de cobertura.

V.2. Análise da demonstração de resultados

A rentabilidade agregada das instituições financeiras sofreu, em 2020, uma diminuição expressiva fortemente penalizada pelo contexto associado à pandemia de COVID-19 e inverteu a trajetória de recuperação que vinha a registar desde 2017. A deterioração da rentabilidade refletiu não só uma descida do produto bancário, mas, sobretudo, uma subida muito significativa do fluxo de imparidades de crédito.

Tabela 8: Demonstração dos resultados agregada (2018-2020)

	2018	2019	2020
	milhões €	milhões €	milhões €
Receitas de juros	6 253	5 974	5 370
Despesas com juros	-2 225	-1 904	-1 434
Margem financeira (MF)	4 028	4 070	3 936
Rendimentos de serviços e comissões	2 622	2 665	2 547
Encargos com serviços e comissões	-458	-453	-438
Resultados de serviços e comissões	2 164	2 212	2 109
Resultados de Operações Financeiras	-65	77	-169
Outros Resultados	1 025	449	350
Produto bancário (PB)	7 152	6 808	6 226
Custos com pessoal	-2 257	-2 263	-2 183
Gastos gerais administrativos	-1 393	-1 277	-1 171
Depreciações e amortizações	-207	-374	-390
Custos operacionais	-3 857	-3 914	-3 744
Resultado bruto de exploração (RBE)	3 295	2 894	2 482
Provisões ou reversão de provisões	-438	-122	-266
Imparidades de ativos financeiros, líquidas de reversões	-900	-1 064	-2 000
Imparidades de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, líquidas de reversões	-207	25	-129
Imparidades de ativos não financeiros, líquidas de reversões	-335	-269	-315
Provisões e imparidades	-1 880	-1 430	-2 710
<i>Goodwill</i> negativo reconhecido nos resultados	-	52	-
Resultados de associadas	74	86	106
Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	95	132	51
Outros resultados	169	270	157
Resultado antes de impostos (RAI)	1 584	1 734	-71
Impostos relacionados com os resultados de unidades operacionais em continuação	-1 132	-780	-396
Lucros ou prejuízos (-) de unidades operacionais descontinuadas após dedução de impostos	78	-	-41
Resultado líquido (RL)	530	954	-508

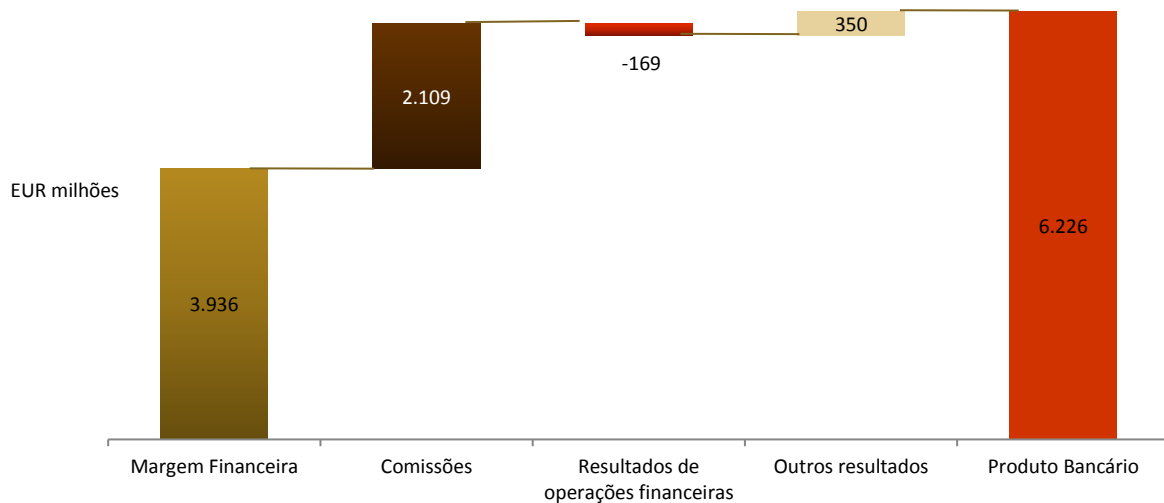
Fonte: IFs, APB.

A margem financeira agregada das instituições financeiras ascendeu a 3,9 mil milhões de euros, tendo registado uma diminuição anual de 3,3%. Esta descida ficou a dever-se ao facto de a diminuição dos juros recebidos ter sido superior à descida dos juros pagos. A evolução da rubrica de juros recebidos foi sobretudo explicada pela componente dos empréstimos e adiantamentos (-258 milhões de euros) e dos títulos de dívida (-152 milhões de euros), e a diminuição dos juros pagos ficou a dever-se, maioritariamente, à redução da componente relacionada com depósitos (-179 milhões de euros). Contudo, salienta-se o impacto positivo resultante da redução do custo do financiamento obtido junto de bancos centrais (redução de 4 milhões de euros; -22,6% em termos homólogos), que permitiu atenuar a diminuição da margem financeira.

As comissões líquidas diminuíram 4,7%, devido a um menor volume de transações e à redução da atividade de intermediação financeira, fruto do contexto pandémico.

Os resultados de operações financeiras situaram-se em -169 milhões de euros, o que compara com um valor positivo de 77 milhões de euros em 2019. Esta evolução é explicada pela diminuição de resultados relativos a títulos de dívida pública, bem como pelos resultados negativos em instrumentos de capital.

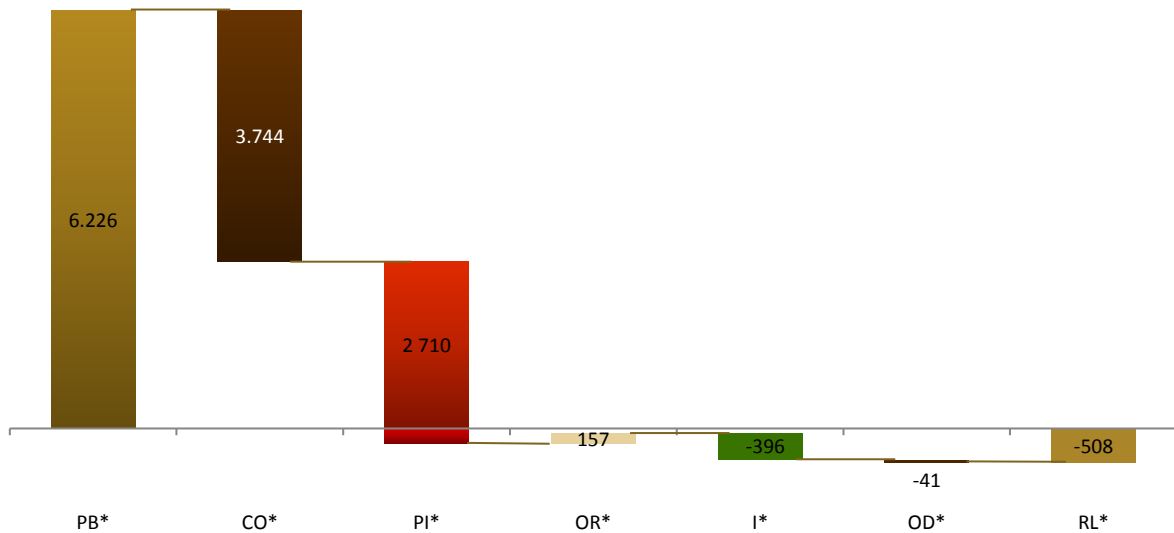
Gráfico 30: Desagregação do Produto Bancário, 2020



Fonte: IFs, APB.

Os custos operacionais registaram uma descida de 4,3% face a 2019, tendo a descida dos custos com pessoal e dos gastos gerais administrativos mais do que compensado a subida das amortizações do exercício.

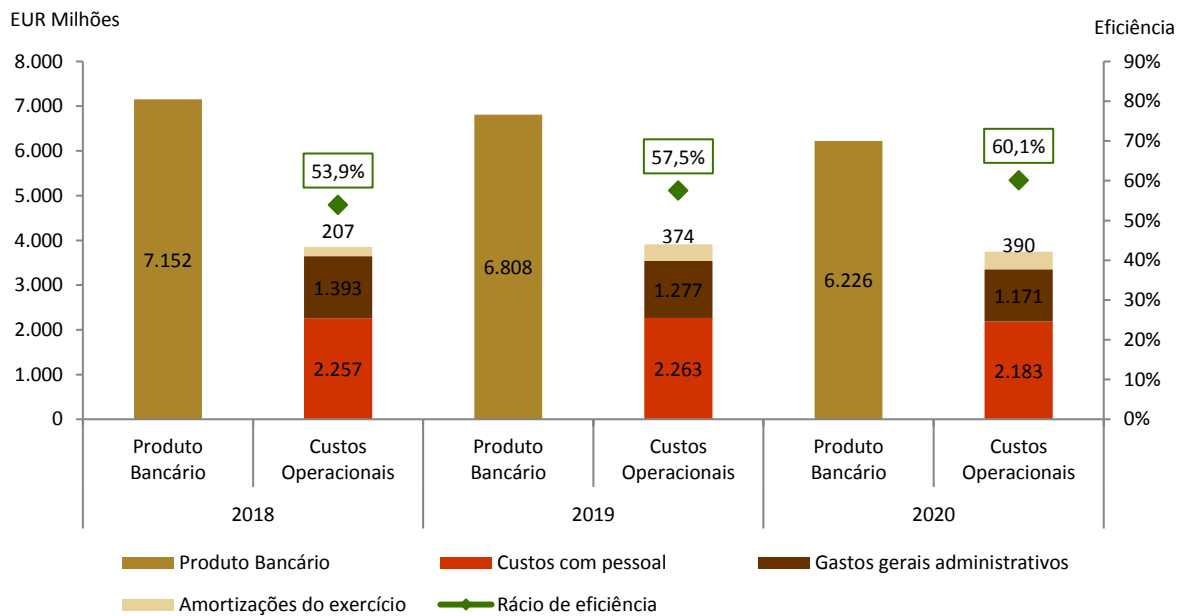
Gráfico 31: Desagregação do Resultado Líquido, 2020



Fonte: IFs, APB.

Nota: *PB – produto bancário; CO* – custos operacionais; PI* – provisões e imparidades; OR* – outros resultados; I* – impostos; OD* – resultados de operações descontinuadas; RL* – resultado líquido.

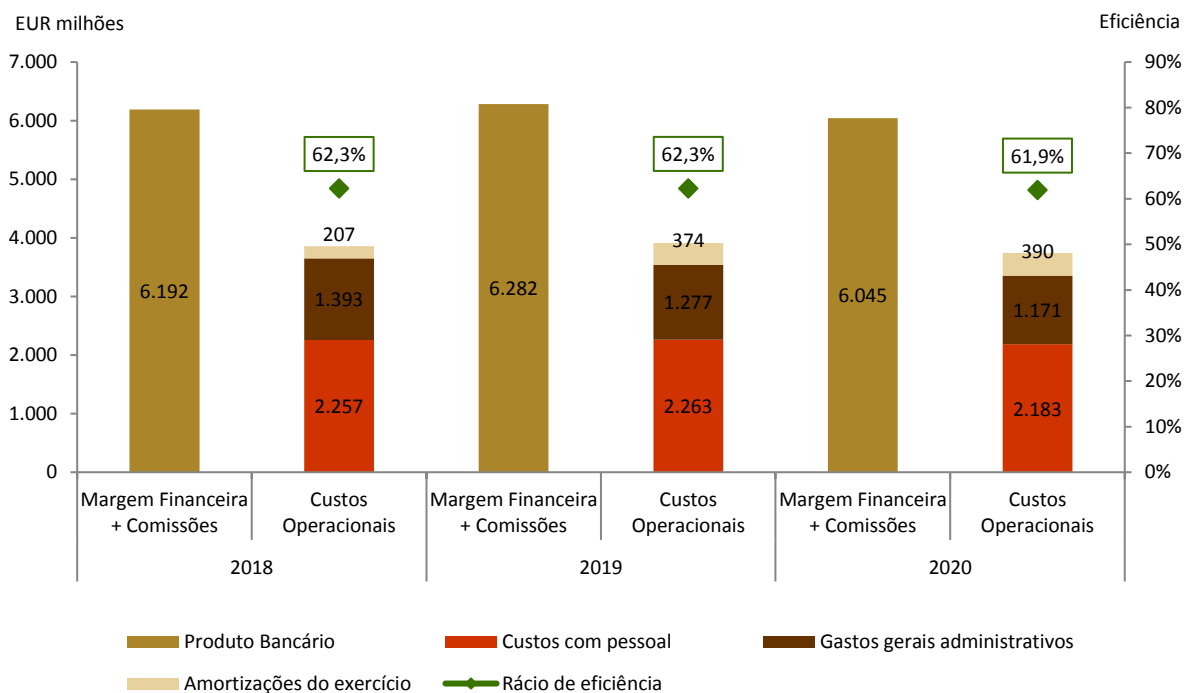
Gráfico 32: Evolução do produto bancário, custos operacionais e rácio de eficiência



Fonte: IFs, APB.

O rácio de eficiência (*cost-to-income*) aumentou 2,6 p.p. para 60,1%, já que a descida do produto bancário foi superior à dos custos operacionais. Apesar desta subida, o rácio de eficiência encontra-se abaixo da média da Área do Euro.

Gráfico 33: Cost-to-income recorrente



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 34: Rácio de eficiência na Área do Euro

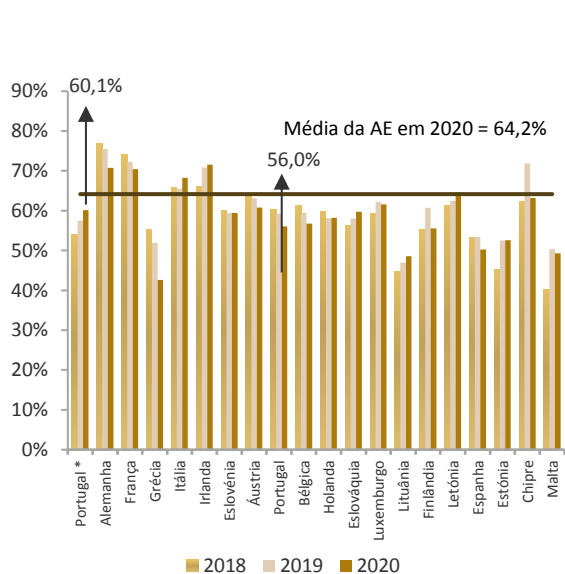
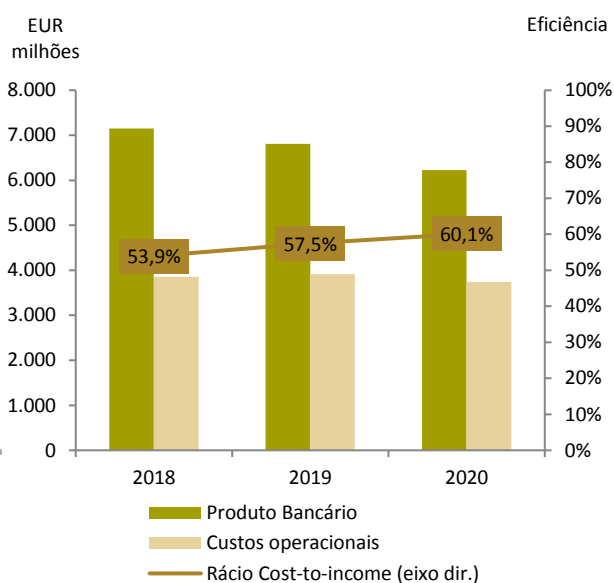


Gráfico 35: Decomposição do rácio de eficiência em Portugal

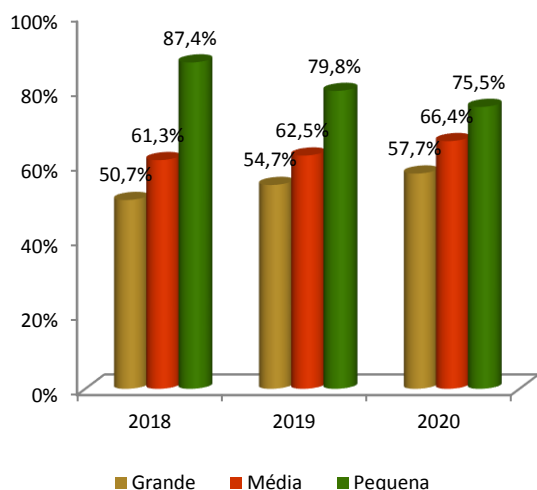


Fonte: BCE, IFs, APB.

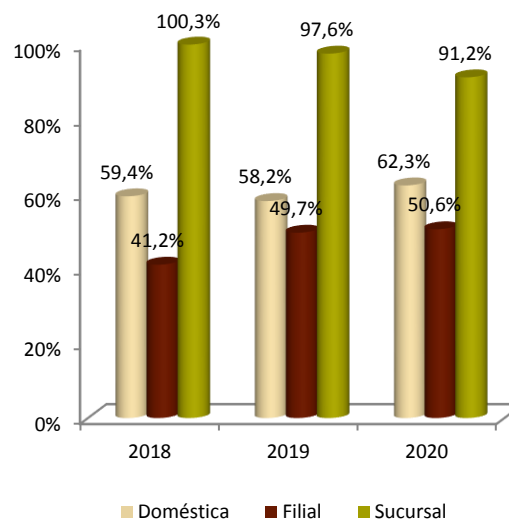
Nota*: Rácio de eficiência das instituições financeiras associadas da APB.

Gráfico 36: Evolução do rácio de eficiência

a) Por dimensão



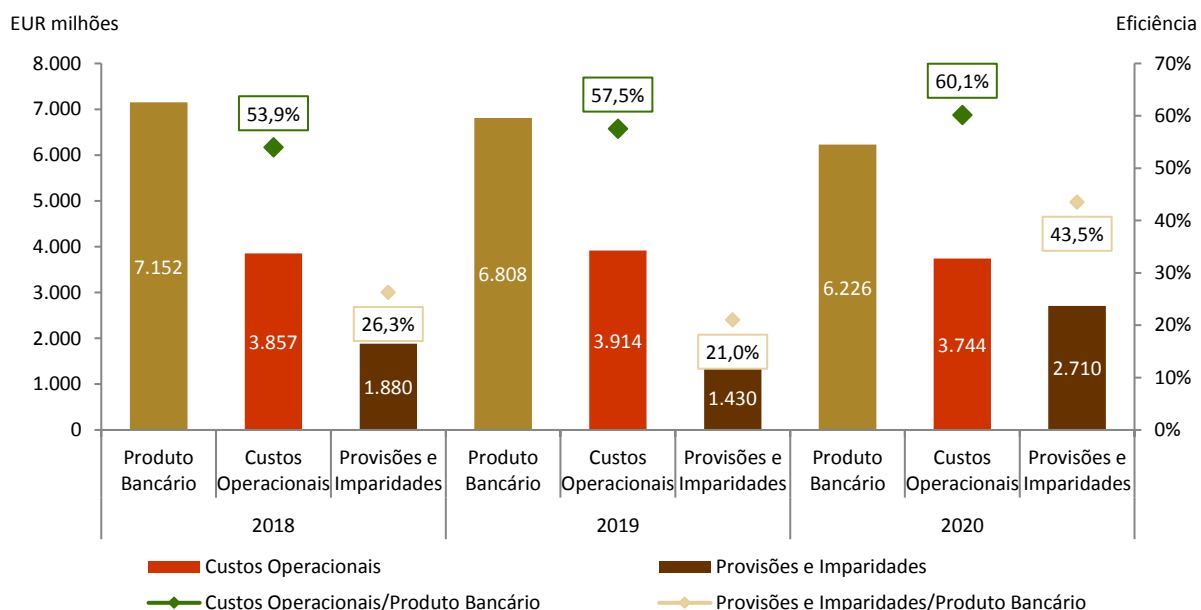
b) Por origem/forma de representação legal



Fonte: IFs, APB.

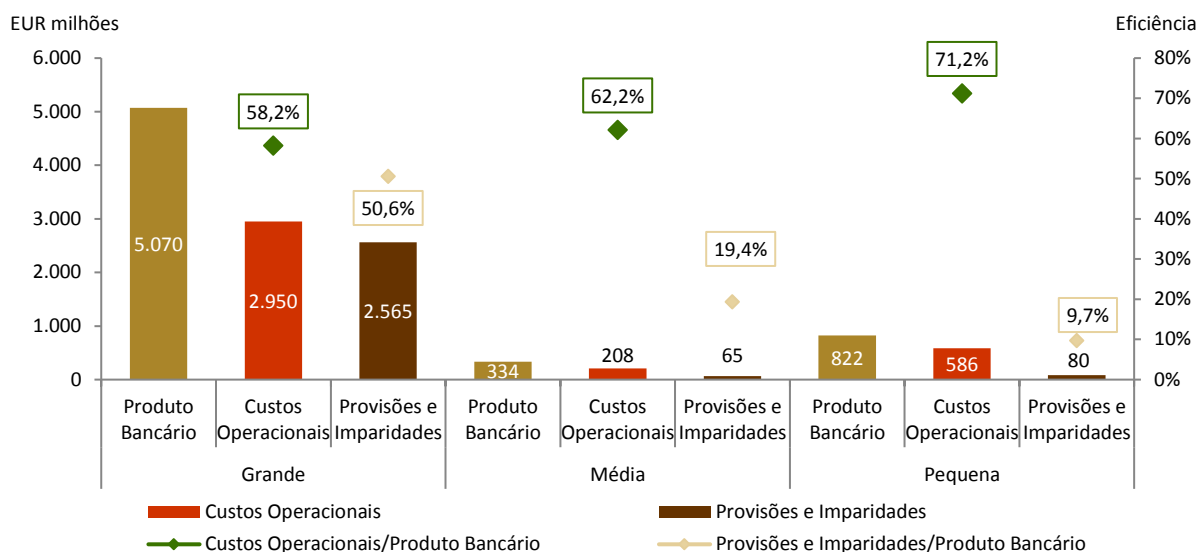
No que respeita a provisões e imparidades, verificou-se uma subida significativa do seu nível face a 2019, o que se justificou pela perceção de maior risco de crédito no contexto da crise pandémica de COVID-19 que gerou um choque económico sem precedentes. As provisões e imparidades totalizaram cerca de 2,7 mil milhões de euros, em 2020, o que compara com 1,4 mil milhões de euros no ano anterior.

Gráfico 37: Evolução do produto bancário, custos operacionais e imparidades



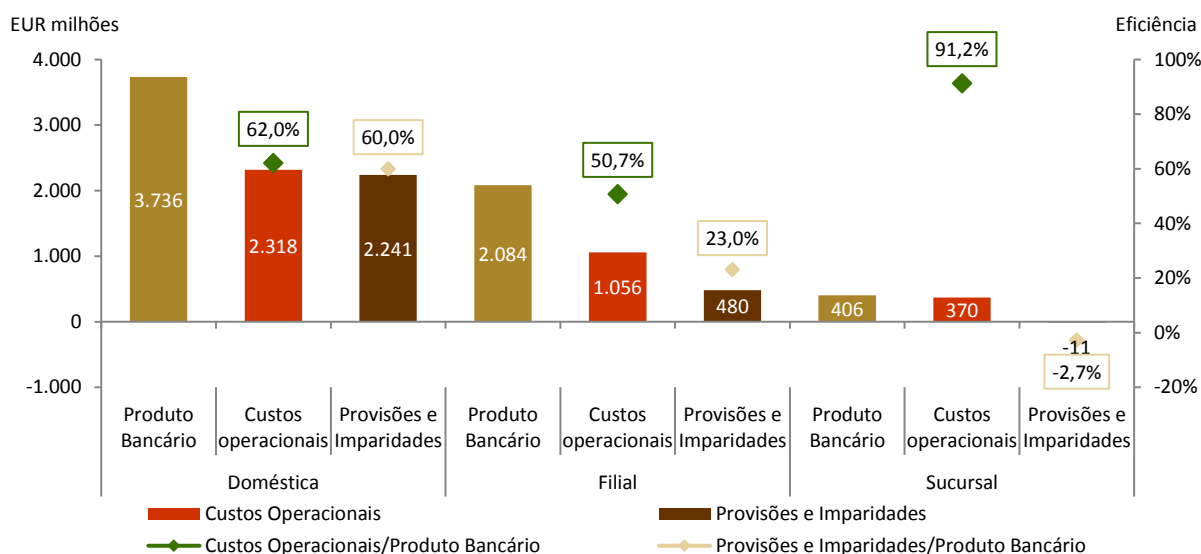
Fonte: IFs, APB.

Gráfico 38: Evolução do produto bancário, custos operacionais e imparidades por dimensão, 2020



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 39: Evolução do produto bancário, custos operacionais e imparidades por origem/forma de representação legal, 2020



Fonte: IFs, APB.

V.3. Análise fiscal e parafiscal

Para efeitos da presente análise, procedeu-se a uma aproximação, em termos agregados, do montante total de imposto a pagar ao Estado, em sede de IRC, pelas instituições financeiras associadas. Para esta aproximação, foram considerados os valores estimados para a matéria coletável de 2019 e 2020, apurada a partir do resultado antes de impostos e das variações patrimoniais reconhecidas em reservas e resultados transitados, corrigidos pelos ajustamentos efetuados nos termos do CIRC.

Apesar de os benefícios fiscais aplicáveis ao sector bancário corresponderem aos que são aplicáveis à generalidade das empresas, os bancos estão sujeitos a várias restrições na sua aplicação. Neste âmbito, importa referir as alterações introduzidas pela Lei n. 92/2014, de 16 de janeiro, que procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, nomeadamente o aumento, de 75% para 90%, do limite mínimo de IRC liquidado, após a dedução do crédito de imposto por dupla tributação internacional e a redução do limite dos prejuízos fiscais a deduzir, em cada um dos períodos de tributação, de 75% para 70% do lucro tributável. A taxa geral de imposto prevista no CIRC manteve-se em 21%, para os exercícios de 2019 e 2020.

De acordo com os valores calculados, estima-se que o valor total de IRC, a pagar ao Estado, pelas instituições financeiras, se venha a situar em cerca de 72 milhões de euros em 2020 (contra 155 milhões de euros, em 2019), o que corresponde a uma taxa de IRC estimada de 20,5% (contra 22,1% em 2019).

Tabela 9: Aproximação ao montante total de imposto a pagar ao Estado, em sede de IRC, por referência aos exercícios de 2019 e 2020 na base de valores estimados para a matéria coletável, reconstituída a partir do resultado antes de impostos e das variações patrimoniais reconhecidas em reservas e resultados transitados

	2019 milhões €	2020 milhões €
Resultado Antes de Impostos ^{a)}	1 693	(87)
Ajustamentos para apuramento do lucro tributável / prejuízo fiscal		
De aplicação a todos os sujeitos passivos de IRC:		
Mais-valias e imparidades em participações (líquidas)	(396)	22
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(187)	(139)
Benefícios fiscais	(12)	(11)
Gastos e rendimentos não relevantes para efeitos fiscais	242	(60)
Provisões para outros riscos	(509)	(181)
Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado	70	50
Benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados	(284)	(225)
Imparidades para risco de crédito	(833)	170
Outros ^{b)}	(392)	359
Lucro Tributável / Prejuízo Fiscal do Exercício	(608)	(102)
Utilização de prejuízos fiscais de exercícios anteriores	(141)	(93)
Matéria Coletável ^{c)}	702	350
Impostos sobre o rendimento (IRC)	155	72
Taxa de Imposto sobre o Rendimento (%)	22,1%	20,5%

Fonte: IFs, APB.

^{a)} Corresponde ao resultado antes de impostos das 21 instituições financeiras que integram a amostra neste capítulo.

^{b)} Inclui variações patrimoniais positivas e negativas não refletidas em resultado líquido do exercício, mas reconhecidas em reservas e resultados transitados.

^{c)} O valor do lucro tributável agregado é composto pelo somatório de lucros tributáveis e prejuízos fiscais das diversas instituições financeiras da amostra. As instituições financeiras que tenham registado prejuízo fiscal no exercício não possuem matéria coletável, motivo pelo qual só se incluem no campo Matéria Coletável os valores agregados das associadas que registem lucros tributáveis (mesmo após a dedução de prejuízos), valor que, logicamente, será necessariamente superior ao valor dos lucros tributáveis agregados (que contém os valores dos referidos prejuízos).

As instituições financeiras contribuem ainda para o Estado Português com as Derramas e Tributações Autónomas. Adicionalmente, têm que pagar os impostos a que estão sujeitos nos países onde operam. Em 2019 e 2020, os valores destas rubricas foram de 69 e 58 milhões de euros, respetivamente.

Tabela 10: Aproximação ao montante de derramas, tributações autónomas e imposto sobre o rendimento suportado no estrangeiro (2019-2020)

	2019 milhões €	2020 milhões €
Impostos sobre o rendimento suportados no estrangeiro líquidos de dedução por dupla tributação	8	13
Tributações autónomas	11	9
Derramas ^{a)}	50	36
Total de Derramas, Tributações Autónomas e Imposto sobre o Rendimento Suportado no Estrangeiro	69	58

Fonte: IFs, APB.

^{a)} A aproximação às derramas correspondeu à aplicação de uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, a que acresceu uma taxa entre 3% a 7% consoante o montante do lucro tributável.

As instituições financeiras também suportam outros encargos fiscais de exploração, tais como o Imposto do Selo, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) não dedutível, e o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Para efeitos da Tabela 11, estes impostos estão agrupados sob a designação de encargos fiscais de exploração.

Em 2010, a Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55 – A/2010, de 31 de dezembro), no seu art. nº 141, veio estabelecer uma Contribuição sobre o Sector Bancário. Conforme definido pela Portaria nº 121/2011, de 30 de março, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, esta contribuição incide sobre:

a) o passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzidos dos fundos próprios de base (Tier 1) e complementares (Tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. A taxa aplicável é de 0,05% sobre o valor apurado.

b) o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos. A taxa aplicável é de 0,00015% sobre o valor calculado.

O montante da Contribuição sobre o Sector Bancário, para o conjunto das instituições financeiras associadas, foi de 153 milhões de euros (156 milhões de euros em 2019).

Em 2020, a Lei nº 27-A/2020, de 24 de julho, veio estabelecer uma contribuição adicional de solidariedade sobre o setor bancário, que tem por objetivo reforçar os mecanismos de financiamento do sistema de segurança social. Através desta contribuição pretende-se aproximar a carga fiscal suportada pelo setor financeiro à que onera os demais setores, servindo como forma de compensação pela isenção de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) aplicável à generalidade dos serviços e operações financeiras.

A base de incidência é a mesma da Contribuição sobre o Sector Bancário, sendo as taxas aplicáveis para as alíneas a) e b) de 0,02% e 0,00005%, respetivamente.

O montante da Contribuição adicional de solidariedade sobre o Sector Bancário, para o conjunto das instituições financeiras associadas, foi de 28 milhões de euros, no ano de 2020.

A carga parafiscal inclui as contribuições para a Segurança Social, para os fundos de pensões e para o SAMS (Serviço de Assistência Médico-Social).

Tabela 11: Carga fiscal e parafiscal (2019-2020)

	2019 milhões €	2020 milhões €
Carga Fiscal		
Outros encargos fiscais de exploração ^{a)}	250	254
Contribuição sobre o sector bancário	156	153
Contribuição adicional de solidariedade	-	28
Contribuição para o fundo de resolução e fundo único de resolução	175	174
Total	582	608
Carga Parafiscal		
Taxa Social Única	279	281
Encargos com pensões	369	478
Outros encargos	98	103
Total	746	862
Total	1 328	1 470

Fonte: IFs, APB.

^{a)} Englobam Imposto do Selo, IVA não dedutível e IMI.

VI. Análise de solvabilidade¹⁵

Tabela 12: Adequação dos fundos próprios, a 31 de dezembro (2018-2020)

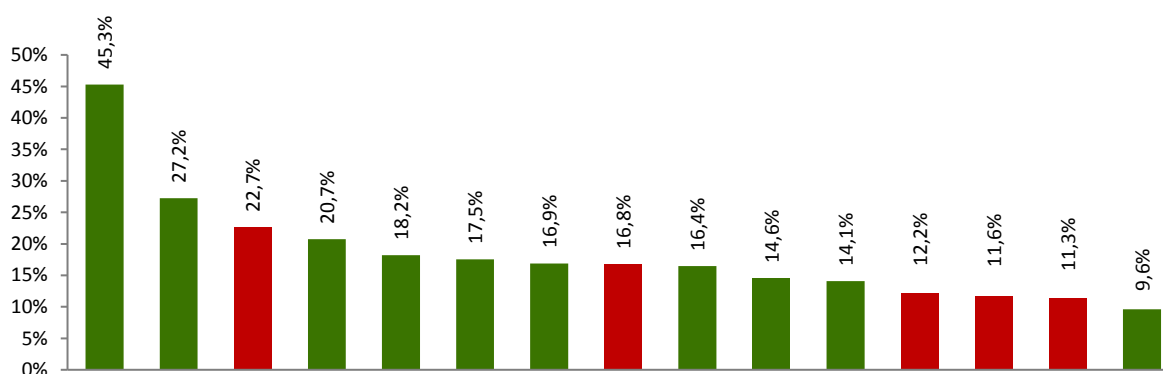
	2018	2019	2020
Ativo Total (Milhões €)			
Ativo total ^{a)}	346 412	353 123	372 317
Fundos Próprios (Milhões €)			
Common Equity Tier 1 (CET1)	25 262	27 044	27 763
Tier 1	26 580	29 069	29 813
Tier 2	2 237	2 774	2 787
Fundos próprios elegíveis	28 817	31 843	32 600
Ativos Ponderados pelo Risco – RWA (Milhões €)			
Risco de crédito	165 906	155 773	159 537
Risco de mercado	4 569	5 421	5 917
Risco operacional	15 043	15 501	15 217
Posições em risco - Ajustamento da avaliação de crédito	618	408	372
Outros	1 650	788	1 312
Ativos ponderados pelo risco - RWA	187 786	177 891	182 355
Rácios de Fundos Próprios (%)¹⁶			
CET1	13,5%	15,2%	15,2%
Tier 1	14,2%	16,3%	16,3%
Solvabilidade total	15,3%	17,9%	17,9%

Fonte: IFs, APB

^{a)} Não inclui valores extra-patrimoniais.

O rácio CET1 agregado situou-se em 15,2%, e o rácio de solvabilidade total em 17,9%, ambos estáveis face ao ano anterior.

Gráfico 40: Rácios Common Equity Tier 1, a 31 de dezembro de 2020



Fonte: IFs, APB.

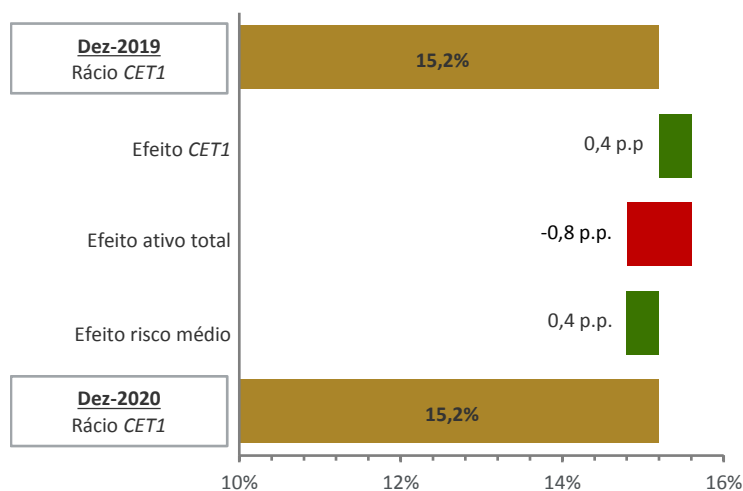
Nota: Rácios CET1 ordenados por ordem decrescente. As colunas vermelhas (verdes) identificam as instituições que diminuíram (aumentaram) o seu rácio de solvabilidade de melhor qualidade entre 2019 e 2020.

¹⁵ A análise de solvabilidade conduzida baseia-se nas demonstrações financeiras sujeitas aos requisitos prudenciais das instituições domésticas e filiais. Este critério levou a uma amostra de 15 IF's associadas, das quais em duas se utilizaram as contas individuais e nas restantes as contas consolidadas.

¹⁶ Rácios calculados segundo as regras *phase-in*.

O rácio de CET1 não sofreu alterações face ao ano anterior o que reflete o efeito conjunto entre o aumento de fundos próprios (+0,4 p.p.), a redução do risco médio dos ativos (+0,4 p.p.)¹⁷ e o contributo negativo, ainda que reduzido, do ativo total (-0,8 p.p.)

Gráfico 41: Decomposição da variação do rácio CET 1



Fonte: IFs, APB.

O aumento do capital CET1 deveu-se sobretudo à não distribuição de lucros face às recomendações do BCE, Banco de Portugal e do Comité Europeu para o Risco Sistémico, até setembro de 2021, com o objetivo de preservar o capital das instituições financeiras e promover a concessão de crédito à economia, tendo em conta os efeitos económicos negativos provocados pela crise pandémica.

O principal fator explicativo para a subida da rubrica agregada de ativos ponderados pelo risco (RWAs) foi o aumento dos RWAs para risco de crédito (3,7 mil milhões de euros). Também em termos de capital, os RWAs para risco de crédito continuaram a ser a maior fonte de consumo de capital, absorvendo 87,5% dos requisitos totais.

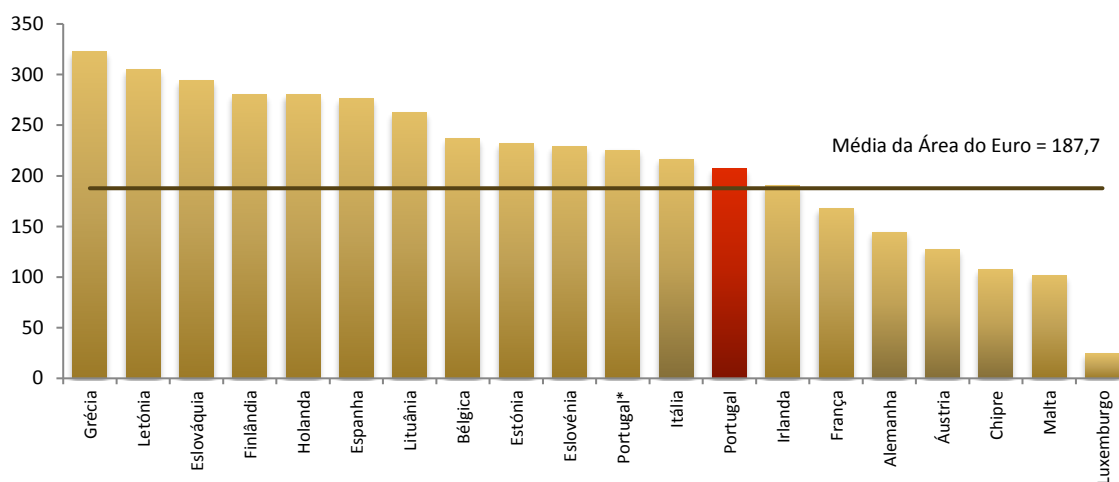
¹⁷ Para entender os efeitos destes três elementos, relembra-se que o nível de solvabilidade é calculado como: Fundos Próprios / (Ativo total * Risco médio), onde o “risco médio”, também designado por ponderador médio de risco dos ativos, é dado pelo rácio entre os ativos ponderados pelo risco e o ativo total.

VII. Indicadores de Produtividade

Os indicadores de produtividade¹⁸, nomeadamente os que quantificam a atividade ou *performance* por balcão ou colaborador, refletem o impacto dos processos de reestruturação e redimensionamento das estruturas operativas do sistema bancário português que têm sido implementados nos últimos anos.

Em termos comparativos, as instituições financeiras associadas registam um número de habitantes por empregado próximo da média dos países da Área do Euro.

Gráfico 42: Habitantes por empregado na Área do Euro



Fonte: Eurostat e BCE.

¹⁸ A análise foi efetuada tendo por base o número global de empregados (afetos à atividade doméstica e à atividade internacional), bem como o número total de balcões (incluindo as agências bancárias em Portugal e as das sucursais e escritórios de representação no exterior).

Tabela 13: Outros Indicadores de Produtividade (2018-2020)

	2018	2019	2020
Número Global de Empregados ^{a)}			
Total	46 611	46 549	45 667
Taxa de variação anual	-	-0,1%	-1,9%
População por Empregado			
Total (número de habitantes)	220	221	226
Taxa de variação anual	-	0,3%	2,0%
Ativo Total Médio ^{b)} por Empregado			
Total (milhares €)	7 048	7 086	7 505
Taxa de variação anual	-	0,5%	5,9%
Custo Médio ^{c)} por Empregado			
Total (milhares €)	48	49	48
Taxa de variação anual	-	0,4%	-1,7%
Produto Bancário por Empregado			
Total (milhares €)	153	146	136
Taxa de variação anual	-	-4,7%	-6,8%
Número de Balcões ^{a)}			
Total	4 166	4 052	3 820
Taxa de variação anual	-	-2,7%	-5,7%
População por Balcão			
Total (número de habitantes)	2 467	2 541	2 696
Taxa de variação anual	-	3,0%	6,1%
Balcão por 100.000 habitantes			
Total (número de balcões)	41	39	37
Taxa de variação anual	-	-2,9%	-5,7%
Ativo Total Médio ^{b)} por Balcão			
Total (milhares €)	78 856	81 403	89 722
Taxa de variação anual	-	3,2%	10,2%
Depósitos por Balcão			
Total (milhares €)	49 799	53 164	59 688
Taxa de variação anual	-	6,8%	12,3%
Produto Bancário por Balcão			
Total (milhares €)	1 717	1 680	1 630
Taxa de variação anual	-	-2,1%	-3,0%

Fonte: IFs, APB.

^{a)} Inclui o número de balcões e colaboradores em Portugal, bem como das sucursais e dos escritórios de representação no exterior.

^{b)} Equivale à média aritmética entre o ativo do período n e o ativo do período n-1.

^{c)} Apenas custos com pessoal.

Tabela 14: Outros indicadores de eficiência, por dimensão e origem/forma de representação legal (2018-2020)

	Grande			Média			Pequena			Doméstica			Filial			Sucursal		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Número Global de Empregados ^{a)}																		
Total	34 830	33 992	32 509	5 463	5 944	5 875	6 318	6 613	7 283	29 530	29 101	28 013	12 123	11 872	11 463	4 958	5 576	6 191
Taxa de variação anual	-	-2,4%	-4,4%	-	8,8%	-1,2%	-	4,7%	10,1%	-	-1,5%	-3,7%	-	-2,1%	-3,4%	-	12,5%	11,0%
População por Empregado																		
Total (número de habitantes)	295	303	317	1 881	1 732	1 753	1 627	1 557	1 414	348	354	368	848	867	898	2 073	1 846	1 663
Taxa de variação anual	-	2,7%	4,6%	-	-7,9%	1,2%	-	-4,3%	-9,2%	-	1,7%	3,9%	-	2,3%	3,6%	-	-10,9%	-9,9%
Ativo Total Médio ^{b)} por Empreg.																		
Total (milhares €)	8 309	8 537	9 273	4 299	4 166	4 594	2 474	2 254	1 964	7 685	7 801	8 488	7 684	7 896	8 353	1 696	1 628	1 489
Taxa de variação anual	-	2,7%	8,6%	-	-3,1%	10,3%	-	-8,9%	-12,9%	-	1,5%	8,8%	-	2,8%	5,8%	-	-4,0%	-8,5%
Custo Médio ^{e)} por Empregado																		
Total (milhares €)	53	53	53	22	23	17	48	48	49	49	49	48	52	51	53	38	40	40
Taxa de variação anual	-	1,3%	-0,2%	-	1,5%	-24,1%	-	0,0%	1,2%	-	1,5%	-3,7%	-	-2,1%	3,7%	-	3,5%	-0,1%
Produto Bancário por Empregado																		
Total (milhares €)	177	167	163	63	67	57	103	113	114	140	146	139	225	183	188	58	66	66
Taxa de variação anual	-	-5,8%	-2,4%	-	6,5%	-14,9%	-	9,6%	1,0%	-	4,5%	-5,3%	-	-18,5%	2,5%	-	14,1%	-0,4%
Número de Balcões ^{a)}																		
Total	2 951	2 837	2 620	850	914	896	365	301	304	3 053	2 971	2 863	1 038	994	871	75	87	86
Taxa de variação anual	-	-3,9%	-7,6%	-	7,5%	-2,0%	-	-17,5%	1,0%	-	-2,7%	-3,6%	-	-4,2%	-12,4%	-	16,0%	-1,1%
População por Balcão																		
Total (número de habitantes)	3 482	3 629	3 931	12 090	11 265	11 494	28 155	34 206	33 876	3 366	3 465	3 597	9 900	10 358	11 823	137 022	118 344	119 747
Taxa de variação anual	-	4,2%	8,3%	-	-6,8%	2,0%	-	21,5%	-1,0%	-	3,0%	3,8%	-	4,6%	14,1%	-	-13,6%	1,2%
Balcões por 100.000 habitantes																		
Total (número de balcões)	29	28	25	8	9	9	4	3	3	30	29	28	10	10	8	0,7	0,8	0,8
Taxa de variação anual	-	-4,0%	-7,7%	-	7,3%	-2,0%	-	-17,7%	1,0%	-	-2,9%	-3,7%	-	-4,4%	-12,4%	-	15,8%	-1,2%
Ativo Total Médio ^{b)} por Balcão																		
Total (milhares €)	98 067	102 283	115 055	27 632	27 092	30 123	42 826	49 524	47 059	74 336	76 415	83 051	89 748	94 307	109 928	112 120	104 313	107 187
Taxa de variação anual	-	4,3%	12,5%	-	-2,0%	11,2%	-	15,6%	-5,0%	-	2,8%	8,7%	-	5,1%	16,6%	-	-7,0%	2,8%
Depósitos por Balcão																		
Total (milhares €)	64 916	69 476	79 586	9 935	10 720	11 008	20 415	28 303	31 679	47 943	50 827	55 877	55 724	60 838	73 098	43 343	45 292	50 739
Taxa de variação anual	-	7,0%	14,6%	-	7,9%	2,7%	-	38,6%	11,9%	-	6,0%	9,9%	-	9,2%	20,2%	-	4,5%	12,0%
Produto Bancário por Balcão																		
Total (milhares €)	2 087	1 996	2 017	405	437	374	1 780	2 475	2 725	1 355	1 434	1 356	2 627	2 191	2 475	3 842	4 252	4 758
Taxa de variação anual	-	-4,3%	1,0%	-	7,8%	-14,2%	-	39,1%	10,1%	-	5,8%	-5,4%	-	-16,6%	13,0%	-	10,7%	11,9%

Fonte: IFS, APB.

^{a)} Inclui o número de balcões e colaboradores em Portugal, bem como das sucursais e dos escritórios de representação no exterior ^{b)} Equivale à média aritmética entre o ativo do período n e o ativo do período n-1.

VIII. Análise da Atividade Internacional¹⁹

A análise da atividade internacional foi realizada com base na agregação da atividade consolidada de sete grupos bancários associados (BCP, BPI, CGD, Montepio, Novo Banco, BIG e Haitong). O ativo líquido total da atividade internacional destas IFs ascendeu a 44,5 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 3,4% face a 2019 (-1,6 mil milhões de euros) que reflete a prossecução, por parte de algumas IFs, de Planos Estratégicos que incorporaram alguma redução da sua presença internacional, bem como as desvalorizações cambiais ocorridas em algumas destas geografias.

O ativo da atividade internacional dos Associados passou a representar 15,7% do ativo total consolidado, o que compara com 17,2% em 2019.

Tabela 15: Evolução do balanço consolidado relativo à atividade internacional (2018-2020)

	2018	2019	2020
Ativo Agregado			
Total (milhões €)	48 445	46 057	44 497
Taxa de variação anual	-	-4,9%	-3,4%
Em % do total do ativo líquido consolidado	18,4%	17,2%	15,7%

Fonte: IFs, APB.

Em termos de rendibilidade, o contributo da atividade internacional continuou positivo, tendo o respetivo resultado líquido (RL) totalizado 216 milhões de euros, que compara com 351 milhões de euros obtidos em 2019 (-38,3%).

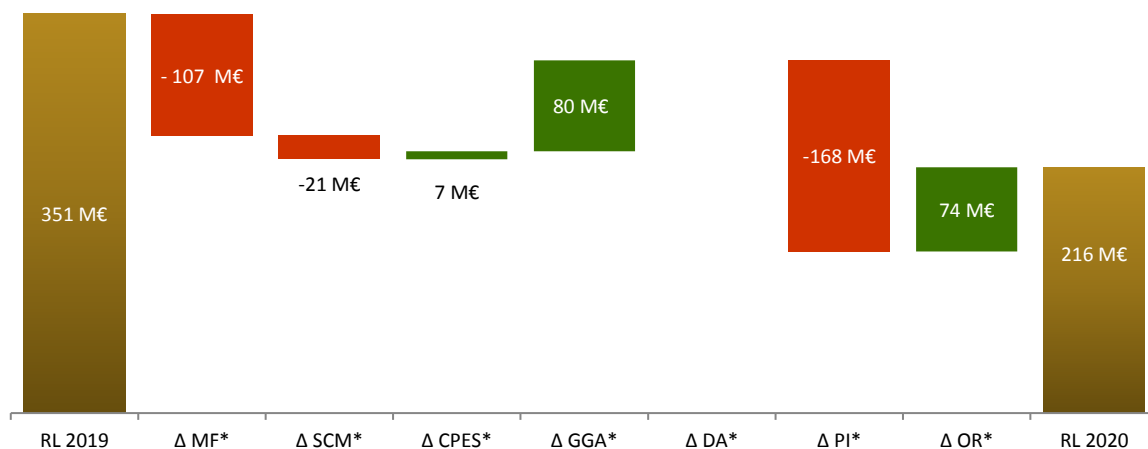
¹⁹ A atividade internacional inclui a atividade desenvolvida pelas filiais.

Tabela 16: Evolução da demonstração dos resultados consolidados relativos à atividade internacional (2018-2020)

	2018	2019	2020
Margem Financeira			
Total (milhões €)	1 164	1 249	1 142
Taxa de variação anual	1,7%	7,3%	-8,6%
Em % do total da margem financeira consolidada	29,7%	30,9%	29,5%
Produto Bancário			
Total (milhões €)	1 471	1 688	1 560
Taxa de variação anual	8,2%	14,8%	-7,6%
Em % do total do produto bancário consolidado	25,7%	28,9%	28,4%
Custos Operativos			
Total (milhões €)	759	846	759
Taxa de variação anual	-1,8%	11,6%	-10,4%
Em % do total dos custos operativos consolidados	22,0%	24,1%	23,4%
Provisões e Imparidades			
Total (milhões €)	222	327	495
Taxa de variação anual	-39,1%	47,0%	51,4%
Em % do total das provisões e imparidades consolidadas	15,4%	24,0%	18,6%
Outros Resultados			
Total (milhões €)	-2	-164	-90
Taxa de variação anual	-98,3%	7103,3%	44,9%
Em % do total dos outros resultados consolidados	84,1%	30,8%	45,8%
Resultado Líquido			
Total (milhões €)	487	351	216
Taxa de variação anual	439,7%	-28,0%	-38,3%
Em % do total do resultado líquido consolidado	-470,9%	81,7%	-35,8%

Fonte: IFs, APB.

Gráfico 43: Contributo dos componentes do RL da atividade internacional para a variação do mesmo entre 2019 e 2020



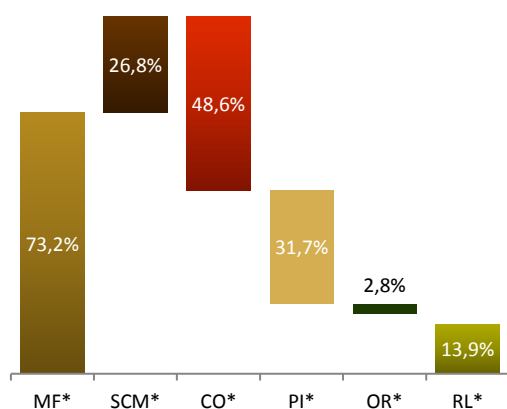
Fonte: IFs, APB.

Nota: * Δ MF – variação da margem financeira; Δ SCM – variação dos resultados de atividades de serviços a clientes e de mercado; Δ CPES – variação dos custos com pessoal; Δ GGA – variação dos gastos gerais administrativos; Δ DA – variação das depreciações e amortizações; Δ PI – variação das provisões e imparidades, Δ OR – variação de outros resultados.

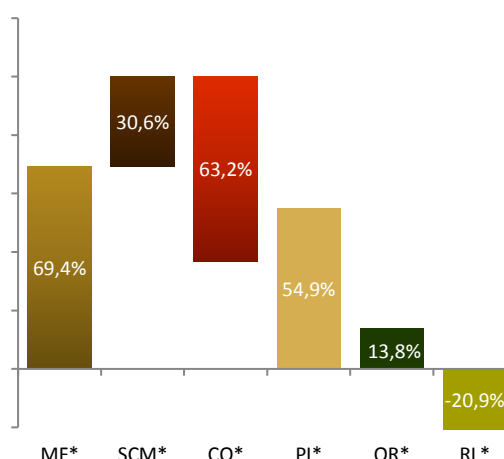
Em termos comparativos, a estrutura de resultados da atividade internacional apresenta diferenças significativas relativamente ao segmento doméstico, sendo de destacar a maior preponderância relativa da margem financeira na atividade internacional e um peso bastante inferior nos custos operacionais.

Gráfico 44: Decomposição do RL em percentagem do produto bancário, 2020

a) Atividade internacional



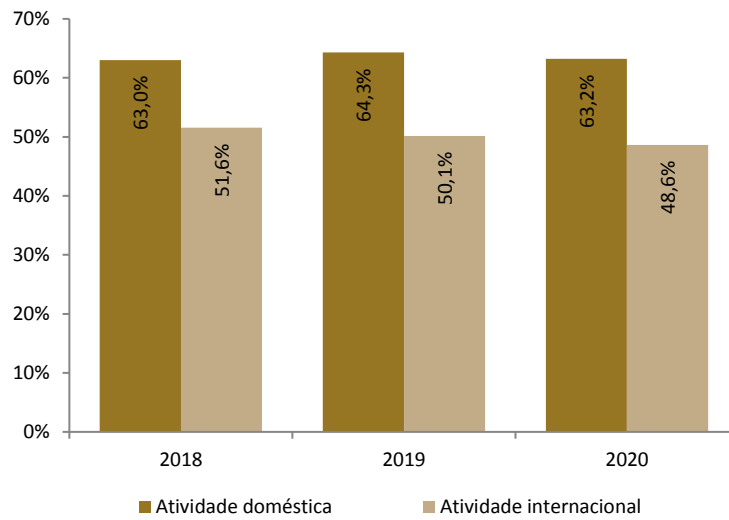
b) Atividade doméstica



Fonte: IFs, APB.

Nota: * MF – margem financeira; SCM – atividades de serviços a clientes e de mercado; CO – custos operacionais; PI – provisões e imparidades; OR – outros resultados; RL – resultado líquido.

Gráfico 45: Rácio de eficiência: atividade doméstica vs. Internacional, 2020



Fonte: IFs, APB.

Nota de Agradecimentos

A Associação Portuguesa de Bancos agradece a todos os Associados o seu contributo para a elaboração do presente Boletim Informativo Anual.

Ao Banco de Portugal, a Associação Portuguesa de Bancos agradece a disponibilização da informação necessária à elaboração da análise de representatividade dos seus Associados no conjunto do sistema bancário português.

A Associação Portuguesa de Bancos agradece também à SIBS – *Forward Payment Solutions* a informação disponibilizada para efeitos da elaboração de parte do capítulo sobre os indicadores de cobertura bancária.

Lista de instituições financeiras que integram o conjunto de Associados da APB

Instituições financeiras – Domésticas

Instituições financeiras	Designação do Grupo para efeitos de apresentação de contas consolidadas
Banco BIC Português, S.A.	
Banco Comercial Português, S.A.	Grupo Banco Comercial Português
Banco ActivoBank, S.A.	
Banco CTT, S.A.	Grupo Banco CTT
Banco de Investimento Global, S.A.	Grupo Banco de Investimento Global
Banco Finantia, S.A.	Grupo Banco Finantia
Banco Invest, S.A.	Grupo Banco Invest
Banco Carregosa, S.A.	
Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL (SICAM - Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo)	Grupo Crédito Agrícola
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria	
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra	
Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo	
Caixa Económica Montepio Geral	Grupo Caixa Económica Montepio Geral
Montepio Investimento, S.A.	
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Grupo Caixa Geral de Depósitos
Caixa - Banco de Investimento, S.A.	Grupo Caixa – Banco de Investimento
Novo Banco, S.A.	Grupo Novo Banco
BEST – Banco Eletrónico de Serviço Total, S.A.	
Novo Banco dos Açores, S.A.	

Instituições financeiras – Filiais

Instituições financeiras	Designação do Grupo para efeitos de apresentação de contas consolidadas
Banco BPI, S.A.	Grupo BPI
Banco Credibom, S.A.	Grupo Banco Credibom
Banco Santander Totta, S.A.	Santander Totta, SGPS, S.A.
Haitong Bank, S.A.	Grupo Haitong Bank

Instituições financeiras – Sucursais

Instituições financeiras	Designação do Grupo para efeitos de apresentação de contas consolidadas
ABANCA Corporación Bancaria, S.A. – Sucursal em Portugal	
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.	
Bankinter, S.A. – Sucursal em Portugal	
BNP Paribas – Sucursal em Portugal	
BNP Paribas Securities Services, S.A. – Sucursal em Portugal	
Deutsche Bank, AG – Sucursal em Portugal	
WiZink Bank, S.A. – Sucursal em Portugal	

Fonte: APB.

APB ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE BANCOS

Associação Portuguesa de Bancos
Avenida da República 35 - 5º | 1050-186 Lisboa | Portugal
Tel. 21 351 00 70 | Fax. 21 357 95 33 | apbancos@apb.pt | www.apb.pt